

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Valéria Conte Delbem

Sexualidade, Currículo e Redemocratização: lutas e debates
para a implementação do Projeto de Orientação Sexual no
governo de Luiza Erundina
(1989-1992)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Valéria Conte Delbem

Sexualidade, Currículo e Redemocratização: lutas e debates
para a implementação do Projeto de Orientação Sexual no
governo de Luiza Erundina
(1989-1992)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação: História,
Política, Sociedade, sob a orientação da profa. Dra. Katya
Mitsuko Zuquim Braghini.

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento
88887.663377/2022-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.663377/2022-00

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini, pela orientação rigorosa e todos os fundamentais ensinamentos sobre a importância da pesquisa e da documentação.

Às(aos) minhas(meus) queridas(os) professoras(es) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que tanto contribuíram para minha formação e foram exemplos de profissionalismo.

À “nossa” amada Betinha, eficiência e coração quentinho no atendimento à todas(os) alunas(os) do EHPS.

À minha mãe, modelo e musa inspiradora da minha vida. Toda a sua luta para nos criar fez e faz de nós gente que não desiste.

Ao meu irmão Rodolfo que mesmo de tão longe me deu ouvidos e ofereceu suporte.

À minha irmã Danielle e ao meu pai Napoleão pelo apoio e incentivo.

Às minhas companheiras, a “Santíssima Trindade” da História no Ensino Médio que me apoiam e fazem acreditar que eu sou capaz, até quando eu mesma não acredito. Não teria conseguido sem o exemplo de vocês!

À Adriana Pires, meu muito obrigada pelo ombro e amizade tão necessários.

Ao meu amigo André Favero, pelo exemplo de sabedoria em todas as horas.

À Vaniery e todas(os) alunas(os) da PUC que riram e choraram comigo nessa caminhada.

Às(aos) colegas de trabalho, às(aos) alunas(os) e ao colégio Santa Maria que me aguentaram “hablando” dessa dissertação tantas vezes.

À todas(os) membros do NEO pela ajuda e partilha de tantos conhecimentos e pelo exemplo de produção de qualidade, em especial à diva Andrezza.

Por fim, agradeço novamente o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Eu nunca conseguiria chegar a uma conclusão. Nunca conseguiria cumprir o que é, na minha opinião, a principal tarefa de um palestrante, a de dar a vocês, após um discurso de uma hora, uma pepita de preciosa verdade para ser embrulhada nas páginas de um caderno e mantida em permanente exibição. Tudo o que eu poderia fazer seria dar-lhes a minha opinião do ponto de vista mais singelo: uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção(...)

Virginia Woolf.

Resumo

Esta pesquisa analisou a constituição do Projeto de Orientação Sexual na prefeitura de São Paulo durante a gestão Paulo Freire e sucedido por Mário Sérgio Cortella, à frente da Secretaria de Educação no contexto da redemocratização brasileira, entre os anos 1989-1992, marcados pelo início e fim da gestão do PT no município. O trabalho foi um estudo histórico e documental do caminho percorrido para a implementação do projeto, os debates estabelecidos pelos grupos de estudos nessa formulação e o material formulado para o projeto. A hipótese da pesquisa é que a efetivação do programa ocorreu num contexto de lutas e disputas de diversos atores sociais e suas representações políticas e que também refletiam o conturbado momento histórico de abertura política do país em relação à necessidade de conhecimentos do corpo em conjunto com temas “sensíveis”, AIDS, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis (DST). O trabalho constitui-se de um estudo dos documentos que fizeram parte da construção do projeto, como jornais, cadernos, pareceres, atas e debates de grupos de estudo e comissões, culminando na confecção de um caderno de orientação sexual em que constava a descrição do trabalho dos(as) educadores(as) e na aprovação do Regimento Comum das Escolas, pelo Decreto Municipal nº 32.892, de 23 de dezembro de 1992, da prefeita Luiza Erundina. O trabalho amparou-se na concepção de currículo prescrito em Goodson (2011), que explica ser o currículo uma tecnologia social desenvolvida na ação, no tempo, lugar e contexto histórico, amparada num conjunto de discursos, documentos, histórias e práticas articuladas ao processo escolar. Como resultado da pesquisa, observou-se que o Projeto de Orientação Sexual, a seu tempo, introduziu debates importantes nas escolas que ampliavam a visão sobre sexo e sexualidade, campo este, até então, dominado pela saúde e pela perspectiva de controle dos corpos, atingindo um número significativo de alunas(os) na cidade de São Paulo, por meio de um percurso interdisciplinar.

Palavras-chave: programa de orientação sexual; orientação sexual; currículo; redemocratização; Partido dos Trabalhadores.

Abstract

This research proposes to analyze the constitution of the Sexual Orientation Project in the city of São Paulo during the Paulo Freire administration and succeeded by Mário Sérgio Cortella, at the head of the Education Secretariat in the context of Brazilian redemocratization, between the years 1989-1992, marked by the beginning and end of PT management in the municipality. The work intends to be a historical and documentary study of the path taken to implement the project, the debates established by the study groups in this formulation and the material formulated for the project. The research hypothesis is that the implementation of the program occurred in a context of struggles and disputes between various social actors and their political representations, which also reflected the turbulent historical moment of the country's political opening in relation to the need for knowledge of the body in conjunction with themes “sensitive”, AIDS, teenage pregnancy, sexually transmitted diseases (STDs). The work consists of a study of documents that were part of the construction of the project, such as newspapers, notebooks, opinions, minutes and debates of study groups and commissions, culminating in the creation of a sexual orientation notebook in which there was a description of the work of educators and in the approval of the Common School Regulations, by Municipal Decree No. 32,892, of December 23, 1992, by Mayor Luiza Erundina. The work is based on the concept of curriculum prescribed in Goodson (2011), which explains that the curriculum is a social technology developed in action, time, place and historical context, supported by a set of discourses, documents, stories and practices linked to the school process. As a result of the research, it was observed that the Sexual Orientation Project, in its time, introduced important debates in schools that expanded the view on sex and sexuality, a field, until then, dominated by health and the perspective of controlling bodies, reaching a significant number of students in the city of São Paulo, through an interdisciplinary path.

Key Words: sexual orientation program; sexual orientation; curriculum; redemocratization; Partido dos Trabalhadores.

SIGLAS

- ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- AFUSE – Associação dos Funcionários e Servidores da Educação
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Humana
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- ATP – Assessoria Técnica Pedagógica
- CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CONAE – Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa
- DOM – Diário Oficial do Município
- DOT – Diretoria de Orientação Técnica
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ECOS – Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana
- EDUC – Comissão de Educação, Cultura e Esportes
- EJA– Educação de Jovens e Adultos
- GTPOS – Grupos de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
- LBTQIA+ – Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e + “+” para as orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.
- MCP– Movimento de Cultura Popular
- ME – Ministério da Educação
- MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
- MOVA-SP – Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo
- NAEs – Núcleos de Ação Educativa
- OESP – O Estado de São Paulo

ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POS – Projeto de Orientação Sexual
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SME – Secretaria Municipal de Educação
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – GESTÃO PAULO FREIRE CAPES	19
TABELA 2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – PAULO FREIRE PUC	19
TABELA 3. ORIENTAÇÃO SEXUAL CAPES.....	20
TABELA 4. RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA DE SÃO PAULO (1988).....	35
TABELA 5. COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – ELEIÇÕES 1988.....	36
TABELA 6. MEMBROS DO GTPO.....	61
TABELA 7. ETAPA DESCENTRALIZADA.....	78

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. FREIRE ACEITA SER SECRETÁRIO	38
FIGURA 2. MONITOR E PAULO FREIRE	40
FIGURA 3. CARTA: “AOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO CONOSCO EM SÃO PAULO” (1989)	42
FIGURA 4. CRÔNICA: NO TEMPO EM QUE SÓ A NAMORADA PODIA FALAR ERRADO	45
FIGURA 5. CADERNO 1 – REGIMENTO EM AÇÃO	48
FIGURA 6. CADERNO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL	73
FIGURA 7. QUADRO GERAL DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE 1989 A 1992.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

FIGURE 1. SOBRE A VITÓRIA DE LUIZA ERUNDINA	34
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
A cidade em mutação	16
Levantamento Bibliográfico: recorrência e relevância.....	18
A Gestão da SME e o Projeto de Orientação Sexual.....	21
Problematização sobre o Programa de Orientação Sexual (POS) da Prefeitura de São Paulo.....	25
Organização da pesquisa	31
CAPÍTULO 1 - A CIDADE DE SÃO PAULO NA REDEMOCRATIZAÇÃO: O PT CHEGA À PREFEITURA E À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	33
1.1 Das eleições à vitória	33
1.2 Paulo Freire: secretário da educação.....	37
1.3 Encontros e desencontros: das condições, da gestão à saída de Paulo Freire da SME.....	43
CAPÍTULO 2 - CURRÍCULOS E REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO: DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E O SURGIMENTO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL EM SÃO PAULO.....	52
2.1 Sexualidade como assunto de escola: domínio do corpo e da saúde	52
2.2 Reforma Curricular e o POS: lutas, negociações e apresentação do conteúdo sobre a educação sexual na cidade de São Paulo	55
2.3 A construção do Programa de Orientação Sexual (POS): artífices e alicerces	59
2.4 Atas, pareceres, decretos: O Novo Regimento Comum das Escolas	63
CAPÍTULO 3 - O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E O CADERNO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO REGISTRO DO POS (PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL)	70
3.1 O início do Projeto: perspectivas	70
3.2 O Caderno POS como registro do projeto	72
3.3 Depoimentos: relatos e histórias do projeto.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
ANEXO A.....	87
DOCUMENTOS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

INTRODUÇÃO

A ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou, logo na cerimônia de posse do ministério, em janeiro de 2019: “Meninas vestem rosa, meninos vestem azul”. Essa “nova era” descrita por Damares e a junção no ministério em uma pasta que unia “mulher e família” já denunciava o modelo de família e a expectativa do que é ser uma mulher e um homem, ideário propagado durante a sua gestão.

Apesar dos avanços experimentados sobre as temáticas de gênero na educação, os últimos anos foram marcados por novas tensões diante da ascensão e da proliferação de grupos conservadores no Brasil, cujo apogeu é marcado pela chegada de Jair Bolsonaro ao governo. O fenômeno não foi assistido apenas em nosso país, mas deve ser compreendido como parte de uma agenda global de retrocessos, atingindo inclusive países que historicamente estiveram alicerçados por políticas públicas reconhecidas como democráticas.

Na última década, em especial, o conceito de gênero entendido como "organização social da diferença sexual" (Scott, 1995, p. 15) acabou apropriado por setores e movimentos de extrema direita, como é o caso do grupo que pleiteia a “Escola sem Partido”. Este grupo encabeçou uma forte campanha contra a autonomia das escolas e de professores(as), utilizando-se de termos como "doutrinação" e "ideologia de gênero", expressão não conhecida até meados dos anos 1990. Almeida, Jaehn e Vasconcelos (2018) já apontavam a inexistência dessa ideia no período,

Na Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU, 1995), além de não encontrarmos nenhuma menção à tal ‘ideologia de gênero’, há um grande enfoque na igualdade das relações. O conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade são considerados as três grandes inovações para a transformação na luta pelos direitos das mulheres. Foi a partir desta conferência que a instituição passou a usar o termo gênero. (Almeida, Jaehn e Vasconcelos, 2018, p. 1503)

Dentro desse contexto de retrocessos marcados por políticas de exclusão, violências e negação do pensamento crítico, torna-se fundamental reconhecer que a luta por uma escola mais plural e marcada por currículos e projetos inclusivos foi fruto de um longo caminho e de muitos embates. O momento de recuo em que se “renovam os apelos

conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais” (Guacira, 2015, p. 32) já foi precedido por discussões e avanços nos campos dos direitos humanos em prol de melhores qualificações de cidadania. Uma longa batalha foi empreendida por movimentos de diversas nuances, muitas vezes heterogêneos, que buscavam conquistar espaço em um Brasil em transformação social e política, após anos de ditadura civil-militar.

Somando esse contexto à minha experiência profissional e pessoal, penso que, ao longo de mais de 20 anos atuando como professora de História, a maior parte dela no Ensino Médio, presenciei diversas mudanças metodológicas e curriculares, geralmente acompanhadas de programas e projetos divulgados como “inovação pedagógica” e que, apesar deste invólucro salvacionista, não necessariamente dialogaram com grupos constantemente marginalizados.

Mesmo assim, tanto como aluna nos anos 1980 e 1990 e já como professora no “novo século” XXI, assisti a avanços importantes que passaram a fazer parte da minha militância política e da prática pedagógica. Na sala de aula, entraram autoras, historiadoras, artistas, trabalhadoras que ajudaram a construir a história do Brasil. Reconhecendo que esses avanços foram fruto de um longo caminho, observar e viver em tempos recentes os retrocessos impostos por pautas conservadoras, tanto na educação quanto na chamada “agenda de costumes”, só fortaleceram o meu desejo em aprofundar meus estudos e buscar na história uma dessas lutas, de modo a renovar esperanças em tempos melhores de liberdade e democracia.

Mapear movimentos, partidos, organizações, legislações e processos que caracterizaram esse percurso é dar luz às mudanças empreendidas na história e que promoveram alterações nos currículos escolares tanto do país quanto em diversas instituições escolares, possibilitando debates sobre como a educação poderia superar concepções arraigadas de gênero, marcadas por visões restritas de masculino e feminino, ou ainda sobre as possibilidades diversas de expressão de gênero, orientação ou identidade jamais antes concebidas.

A discussão sobre gênero implica reconhecer suas dimensões teóricas e políticas, pois ela “nasce” articulando militância, estudos feministas, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970. Partindo da concepção de gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e um modo de

dar significado às relações de poder (Scott, 1990, p. 14), o movimento feminista, há tempos, percebeu a educação como importante campo de reprodução de modelos sociais e seu possível potencial de transformação das assimetrias entre homens e mulheres. Propor uma educação não sexista esteve no horizonte de intelectuais e grupos de estudo que se estabeleceram ao longo de décadas em diversos países e contou com autoras(es) no Brasil como Guacira Lopes¹, que se debruçaram sobre o tema gênero e escola:

A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participam como meros receptores (...) Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam, através de tecnologias de auto disciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (Lopes, 2015, p 25).

Ao nos reportamos à escola, a separação entre meninos e meninas foi empreendimento constante e sistemático. Por meio de uma infinidade de práticas manifestadas, desde o exercício de modalidades esportivas e recreativas, passando por jogos, danças, nas cores, identificação dos banheiros e até na própria língua portuguesa, reforçam estereótipos e valores de masculinidade e feminilidade historicamente localizados.

Currículos de diversas áreas não historicizam seus conteúdos e os processos de produção de conhecimentos e, desta forma, acabam por excluir debates importantes sobre desigualdades de gênero e produção científica, por exemplo. Na bibliografia, iconografia, arte, ciências, nos jogos, na educação física, observa-se, ainda, a separação sexualizada das pessoas nos espaços institucionalizados da educação escolar.

Ao menos é o que capta Lopes (1997) sobre esta relação entre escola e gênero:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (Lopes, 1997, p. 58).

A compreensão de gênero como uma categoria de análise evidencia que a desigualdade não nasce com o sujeito, mas é criada e recriada no meio social, a partir das

¹ Historiadora e doutora em Educação, Guacira Lopes Louro publicou diversos livros e estudos sobre questões de gênero, sexualidade e estudos Queer. Embora pensados no campo da educação, também influenciaram outras áreas do conhecimento. Em 1990, fundou o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), o qual coordenou até 2000.

relações entre os gêneros. Portanto, conforme afirmação supracitada, é possível constatar que a escola, muitas vezes, opera como um espaço de separação drástica dos papéis definidores de gêneros.

Desde as séries iniciais, meninos e meninas são educados a terem seus corpos condicionados aos binarismos e à associação compulsória sexo/gênero, como apontado por Guacira Lopes (1997). Assumindo que essas assimetrias são parte constitutiva da educação escolar, levando em consideração que “é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta” (Miskolci, 2012, p. 41), diversos estudos e projetos voltaram-se para compreender como essas violências de gênero poderiam ser enfrentadas nas escolas.

No início do século XXI, já se podia perceber a alteração das discussões sobre gênero, localizando as mulheres como uma força social valorizada, “as mulheres viveram ultimamente uma mutação que não tem equivalente na história” (Catonné, 2001, p. 82). No entanto, esta luta não é de hoje. A aproximação entre movimentos sociais e os avanços dos estudos sobre gênero e sexualidade entre intelectuais impactaram e desafiaram profundamente as(os) educadoras(es), principalmente a partir dos anos de 1980.

Essa inicial discussão sobre gênero também tem o seu histórico envolto a uma série de outros assuntos os quais, no passado, fomentaram movimentos sociais e educacionais que dinamizaram debates feministas como a luta pelos direitos das mulheres e uma ampla discussão sobre a liberação sexual. A escola não estava alheia aos debates, tendo em vista o seu poder de distribuição de conhecimentos e de educação do povo, quando pensada como uma tecnologia social.

As primeiras experiências e estudos em que o debate sobre gênero entra na pauta surgiram com a inclusão curricular de programas de educação sexual e/ou orientação sexual. Nas décadas de 1980 e 1990, esses programas foram inicialmente justificados por preocupações com a prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), expansão de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)², bem como o aumento dos

² Contemporaneamente, acompanhamos a perspectiva recomendada pela Organização Mundial da Saúde que, em 2016, indicou uso do termo “infecções” em vez de “doenças” sexualmente transmissíveis, uma vez que ter uma doença implica em sintomas e sinais perceptíveis os quais não o são em muitas infecções nas fases iniciais ou mesmo por anos. A sigla DST não deixa de ser utilizada; fica aplicada, portanto, apenas quando uma IST se agrava.). Logo, adotamos nesta pesquisa o registro léxico conforme documento/fonte à época registrou, esclarecendo quando for necessário. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ist aids/index.php?p=293671>. Acesso em: 28. mar.2024.

índices de gravidez na adolescência. Ainda que, em muitas situações, os projetos de orientação sexual fossem marcados pelo caminho dos estudos da “saúde”, pensados como protocolos de procedimentos para a manutenção saudável do corpo e da prevenção de doenças e sob o componente curricular de Ciências, alguns programas incorporaram uma agenda mais ampla e abordaram temas como sexo e sexualidade. Este é o caso do Programa de Orientação Sexual (POS) da prefeitura de São Paulo, a partir de 1989.

No caso desta pesquisa, buscou-se compreender como foram os debates e embates causados por este projeto em relação à orientação sexual/educação sexual, seus conteúdos localizados no seio da educação municipal de São Paulo. Essa curiosidade nos leva às discussões sobre corpo e sexualidade empreendidas na educação paulistana nos anos 1980-1990.

A cidade em mutação

Na cidade de São Paulo, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1988, e da Secretaria de Educação, liderada por Paulo Freire e, posteriormente, por Mário Sérgio Cortella³, a discussão sobre inclusão de temas no escopo da sexualidade, do corpo e saúde foi estabelecida dentro do partido pela militância, por pesquisadoras(es) e por movimentos sociais, refletindo a vontade de pensar e viver formas mais simétricas e plurais em um país que emergia da ditadura.

Fato histórico de grande envergadura no cenário político nacional, a vitória de Luiza Erundina e do PT representava uma alternativa aos esquemas e políticas tradicionais, uma vez que substituiu Jânio Quadros, político tradicional filiado à época ao PFL. Erundina venceu forças conservadoras ligadas diretamente à ditadura, representadas por Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), antigo Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido este de sustentação da mesma ditadura.

A campanha foi fortemente marcada pela defesa de uma gestão pública cuja prioridade visava à incorporação de segmentos marginalizados. Nesse sentido, a educação como projeto político, teve importante papel para a administração municipal, tendo à frente Paulo Freire.

³ Aparentes dificuldades com a burocracia, problemas orçamentários e divergências políticas dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) marcaram a saída de Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação (SME), que resolveu dedicar-se mais à carreira acadêmica e familiar. Foi substituído por Mario Sergio Cortella, aliado e parceiro de longa data e que manteve boa parte da equipe de Paulo Freire.

Com a chegada de Paulo Freire à Secretaria de Educação, iniciou-se um movimento nomeado de Reorientação Curricular. De certa forma, ele representava o desejo de diversos agentes envolvidos direta ou indiretamente com bandeiras tidas como mais progressistas sobre educação.

Os pilares da administração Erundina para todas as secretarias seria, de acordo com suas palavras, “A transparência e a participação” (Singer, 2022, p. 10) e que seriam os pilares “fundamentais da ação do governo, a exemplo do planejamento participativo” (Singer, 2022, p. 10).

No contexto de abertura política, movimentos sociais na cidade e no país defendiam uma educação democrática e participativa, com a ampliação do ensino público. É o caso, por exemplo, do “Movimento em defesa da escola pública”, de 1988, que originou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e reuniu diversas entidades em defesa da educação pública.

O papel do fórum teve impacto significativo na própria Constituição Federal Brasileira de 1988, registrando uma série de anseios sociais em relação ao que deveria ser o formato do ensino no país.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI – gestão democrática do ensino público,

VII – garantia de padrão de qualidade,

VIII – piso salarial profissional nacional para os professores da educação escolar pública (BRASIL, 1988).

É possível observar a relação entre a conjuntura política que tentava constituir uma educação republicana de caráter democrático e as propostas lançadas pela SME já em 1º de fevereiro de 1989. Neste dia, foi lançada uma carta de intenções denominada “Construindo a Educação Pública Popular” e um Regimento Comum das Escolas Municipais, empreitada que se propunha, à época, ser fruto de construção coletiva.

Levantamento Bibliográfico: recorrência e relevância

Paulo Freire é figura de referência no imaginário brasileiro quando se trata do tema educação. Foi nomeado Patrono da Educação Brasileira em 2012, por meio da Lei 12.612 de autoria da prefeita à época, hoje, Deputada Federal Luíza Erundina. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) possui a Cátedra Paulo Freire, criada em 1998, homenageando este que foi professor nesta instituição durante 17 anos (1980-1997). Suas obras e ideias muitas vezes se imiscuem entre uma forte militância política e memórias apaixonadas, como aponta Souza (2018, p. 11). Embora Paulo Freire estivesse à frente da Secretaria Municipal da Educação (SME) no período estudado por esta pesquisa, cabe aqui esclarecer que o presente trabalho se fez sob bases documentais entrelaçadas à bibliografia que trata dos temas sobre gênero, orientação sexual e currículo e menos sobre relatos de experiências de sua gestão à frente da SME.

Para justificar o presente trabalho e compreendê-lo como estudo constitutivo no campo da História da Educação brasileira, foi realizado um mapeamento de pesquisas dedicadas ao tema reforma curricular e gestão da educação na prefeitura de São Paulo, bem como trabalhos sobre orientação sexual nas plataformas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Sapientia*, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O levantamento bibliográfico apontou para a grande diversidade e volume de trabalhos que abordam as experiências e produção acadêmica de Paulo Freire, incluindo áreas não tradicionalmente ligadas à educação, como medicina, arquitetura e até mesmo engenharia, o que revela o interesse sobre o intelectual na produção de pesquisas no Brasil. Observou-se, também, grande interesse pelo autor em vários países, dado o grande número de trabalhos e/ou citações diretas a Paulo Freire em trabalhos em língua inglesa, espanhola, alemão e até catalão na Plataforma Capes. Majoritariamente os títulos e resumos ressaltam perspectivas sobre “educação democrática”, “gestão democrática” e um número significativo de artigos, dissertações e teses sobre reorganização curricular como paradigma para mudanças na educação e currículo⁴ incluindo estudos na América Latina e Estados Unidos da América (EUA).

Este mapeamento de trabalhos foi organizado a partir das produções publicadas nas duas plataformas objetivando uma visão mais ampla e utilizando-se das palavras chaves: “gestão Paulo Freire”; “Reforma Curricular Paulo Freire”; “Orientação Sexual”

⁴ Inverter o vetor do currículo: O Movimento de Reorientação Curricular em Debate, Autores Valler. Santos, Júlio César Augusto & Santos, Vinício Macedo. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/search?query=creator%2Cexact%2CValle%2C>

e “Educação Sexual”.

Tabela 1. Levantamento Bibliográfico – Gestão Paulo Freire CAPES

Termo usado para a pesquisa no acervo de teses e dissertações da Capes	Nº de trabalhos encontrados	Nº de trabalhos com refinamento de pesquisa (Humanidades e educação)	Nº de trabalhos na área da Educação
Paulo Freire (1940-2024)	15.697	5.427	1557
Gestão Paulo Freire (1991- 2024)	628	140	37
Reforma Curricular (2001-2023)	15	12	12
Reorientação Curricular (2011-2023)	12	12	12

Fonte: Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dados organizados pela autora. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acessado em: 29.mar.2024.

Em relação à gestão Paulo Freire e à reforma curricular, os trabalhos indicam que, apesar de um certo arrefecimento, o tema continua no horizonte das pesquisas, principalmente no que diz respeito à experiência da Reorientação Curricular durante a gestão Erundina e implementada já sob a secretaria de Mário Sérgio Cortella. Em nenhum dos trabalhos havia menção direta ao POS ou a questão da Orientação Sexual, a não ser indicada como parte do novo currículo escolar.

Tabela 2. Levantamento Bibliográfico – Paulo Freire PUC

Termo usado para a pesquisa no acervo de Sapiëntia (PUC)	Nº de trabalhos encontrados	Nº de trabalhos com refinamento de pesquisa (dissertações e teses)	Nº de trabalhos na área da educação
Paulo Freire	9389	715	277
Gestão Paulo	204	146	39
Reforma Curricular	119		38

Reorientação Curricular	4	4	4
-------------------------	---	---	---

Fonte: Plataforma Sapiientia (PUC-SP). Dados organizados pela autora.

Em contrapartida, os trabalhos sobre o tema Orientação Sexual indicam a existência de projetos e programas mais sob a égide da educação sexual e saúde. As articulações teóricas apresentadas nesses trabalhos sobre a relação entre Paulo Freire e a Orientação Sexual não são diretas e constam estudos de projetos nas cidades de São Carlos e na Baixada Fluminense. Observou-se, também, um número crescente de trabalhos sobre orientação sexual ao longo dos anos de 2000, sendo esse crescimento notório nas décadas de 2010 e 2020, já sob uma perspectiva ampliada de sexualidade, que inclui a dimensão conceitual de gênero.

A gestão da prefeitura Marta Suplicy, entre os anos de 2001 e 2004, que ampliou o programa de orientação sexual, aponta para um número maior de trabalhos sobre o tema em sua administração. Faz-se necessário destacar aqui, novamente, que as menções a Paulo Freire e Orientação Sexual não aludem ao Programa de Orientação Sexual (POS). A grande maioria dos trabalhos aponta para uma “metodologia” de trabalho com sexualidade e abarcam áreas da saúde.

Tabela 3. Orientação Sexual CAPES

Termo usado para a pesquisa no acervo de teses e dissertações da Capes	Nº de trabalhos encontrados	Nº de trabalhos com refinamento de pesquisa (Humanidades, educação, sexualidade)	Nº de trabalhos na Educação
Orientação Sexual (1991-2024)	2.184	811	101
Orientação Sexual na cidade de São Paulo (1991-2022)	628	140	37
Orientação Sexual e Paulo Freire (2001-2024)	15	12	12

Fonte: Plataforma Sapiientia (PUC-SP). Dados organizados pela autora.

A partir do levantamento bibliográfico e da leitura dos títulos e resumos, observou-se que a primazia de estudos sobre Paulo Freire encontra-se em relação às experiências de educação e gestão democrática e que acabam por se estender às diversas áreas do conhecimento, bem como trabalhos acerca de uma “metodologia” de alfabetização que acabaram por expandir para estudos de educação infantil à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O campo sobre formação de professores também contém número significativo de pesquisas em que Paulo Freire é uma referência. A experiência do Movimento de Reorientação Curricular na cidade de São Paulo, iniciado em 1989, ainda é destaque em algumas pesquisas e artigos, apesar da diminuição de trabalhos vista nos últimos anos, como já apontado.

O levantamento bibliográfico também permitiu aferir que a educação sexual, por meio do Projeto de Orientação Sexual (POS) da prefeitura de São Paulo na gestão Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella, entre 1989 e 1992, nunca foi objeto de estudo, sendo uma lacuna a ser investigada. Se hoje os trabalhos de educação sexual nas escolas, já sob a ótica de estudos de gênero, apresentam-se como um importante objeto de pesquisa, cabe destacar que outras articulações sociais e políticas, entre os anos de 1980 e 1990, também a apresentavam como um tema importante a ser aprendido na escola. O Projeto de Orientação Sexual, em seu tempo, foi uma forma de abordar sexo e sexualidade de maneira mais “aberta” ao tratar de sexo e prazer, em período de narrativas de pânico moral⁵ e de controle do corpo.

A Gestão da SME e o Projeto de Orientação Sexual

Sustentado por um diálogo entre diversos colegiados e escolas, a SME envolveu-se em temas que iam desde a escolha dos materiais à dimensão da gestão, participação popular e currículo. Esse movimento acompanha o seguinte pensamento: “O currículo fornece um prisma, um texto decisivo através do qual vemos e testamos a saúde e o caráter da sociedade” (Goodson, 2014, p. 14). Para a gestão que assumia a prefeitura e a SME,

⁵ Diversos trabalhos foram realizados sobre discursos moralizantes e pânico moral nas décadas de 1980 e 1990 em decorrência da epidemia da AIDS. Em pesquisa do sociólogo Lizandro Lui sobre as capas da revista *Veja* nesse período, constatou-se que a grande maioria estavam ligadas ao imaginário de medo, preconceito e sexualidade. Dentre eles pode-se colocar aqui o de “enigma que mata”, “peste gay” e “O Mal”. O autor do estudo é professor e pesquisador da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutor e mestre em Sociologia (UFRGS) e Bacharel em Ciências Sociais (UFMSM). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27451/TCC%20Lizandro%20Lui.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

investir em um amplo programa de reforma curricular que se apresentava como experiência dialógica era uma forma de expressar o caráter democrático da administração que tomava posse naquele momento.

O que se apontava com a construção de um novo currículo para as escolas municipais era o fortalecimento da educação pública e seu caráter popular de acordo com o programa da prefeita Luiza Erundina, ao menos era o que apresentava a SME logo no início de sua gestão.

Mudanças estruturais foram implementadas e/ou restabelecidas na gestão da educação, como os conselhos de escola, chamados no período de “Círculos de Pais e Professores”, os grêmios estudantis, contando ainda com programas de formação permanente de professores/as, política de valorização salarial e plano de carreira e de alfabetização de jovens e adultos por meio do programa “Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo” (MOVA-SP), de acordo com os documentos disponibilizados pelo acervo da Secretaria Municipal de São Paulo e do acervo Paulo Freire.

A construção do Projeto de Orientação Sexual (POS) foi fruto de debates com a participação de membros do partido, por ação de militantes feministas, psicólogas(os), gays, lésbicas, intelectuais, sob a liderança dos Grupos de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS)⁶.

Essas discussões culminaram com a criação do projeto a ser implementado em algumas escolas de maneira transversal e na produção de um caderno que seria utilizado de forma integrada aos conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, tanto no Ensino Fundamental quanto Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O caderno do Projeto de Orientação Sexual, publicado definitivamente em 1992, contava com justificativa e intencionalidades da proposta, metodologia, atividades previstas, curso de formação, supervisão, aprofundamento teórico, orientação do trabalho com educadoras(es), alunas(os), famílias, relatos e depoimentos, bibliografia de referência e anexos.

Imaginar que o período de redemocratização tenha ocorrido de forma “gradual e pacífica” é desconsiderar a história brasileira recheada de tensões e conflitos. Apesar de o país não experimentar processos, julgamentos e prisões dos algozes da ditadura como operado na Argentina, o fim da ditadura civil-militar em 1985, culminou com a aprovação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

⁶ Grupos de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) foi formado em 1987, com 10 profissionais das áreas de Psicologia e Pedagogia que tinham por objetivo desenvolver um trabalho sobre sexualidade na área da educação.

A Carta Magna não só foi fruto de embates entre diferentes correntes políticas, setores e instituições do país, como dito anteriormente, mas garantiu alguns avanços para grupos historicamente marginalizados, como as mulheres.

Se a bancada feminina contava com apenas 5% do Congresso em 1986 e apenas 26 deputadas fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte, desde o momento de sua instauração, essas congressistas procuraram estabelecer parcerias em projetos e votações que garantiriam uma maior equidade de gênero no Brasil e a luta contra a discriminação. Mesmo que não formassem uma bancada feminista, e sim feminina (Tabak, 1989), representando em alguma medida setores ideológicos afinados com o espectro mais conservador, essas mulheres respondiam às demandas das(os) eleitoras(es) por mudanças no período (Tabak, 1989).

Como se pode ver, não havia uma discussão imediata sobre “gênero”. A ideia de gênero como um dispositivo de análise constituído nas relações sociais das diferenças entre os sexos foi sendo apresentado gradualmente ao longo dessa história. Isto é um dos caminhos deste trabalho, em que pese os limites do período da redemocratização, a chegada do projeto de orientação sexual, promovido pela prefeitura de São Paulo, representou um avanço nos anos de abertura política, levando em consideração os direitos das mulheres, a educação sexual como direito de adolescentes e jovens e programas de saúde em relação ao corpo.

O POS apresentava limites, uma vez que sua incorporação ao currículo das escolas se deu de maneira transversal e atingiu uma parcela significativa das escolas e estudantes da rede e culminou com a produção de um caderno que foi utilizado nas escolas municipais e incorporado pelo Regimento Escolar, como acima apresentado.

Isso não é pouco, tendo em vista que o currículo educacional é resultado de um lento processo de fabricação social, marcado por conflitos, rupturas e ambiguidades (Goodson, 1992). Dessa forma, para além do caderno, que poderia direcionar práticas pedagógicas em sala de aula, e a própria "confeção do currículo", revela-se um processo de negociação interativa, constituído por diversos agentes.

No caso do Programa, vemos sua apresentação como um projeto surgido por meio de uma intermediação política, tendo em vista que foi apresentado pela sexóloga Marta Suplicy ao Partido dos Trabalhadores para logo ser incorporado às discussões transversais do novo currículo do município. Cabe destacar que, à época, havia um esforço em incluir o debate público nos processos de apresentação do que pode e deve ser feito dentro da escola.

Como aponta Goodson (2008), estudar o currículo é ver esse roteiro oficial que cria a estrutura institucionalizada da escolarização, de modo que é importante perceber os debates sociais que o orienta:

As mudanças na configuração do currículo nos fornecem um valioso teste de tornassol das intenções e propósitos políticos e sociais. Como podemos ver, essas configurações se modificam na medida em que o equilíbrio das forças sociais e o contexto econômico subjacente passam por mudanças cíclicas (Goodson, 2008, p. 16).

Como se pode ver, compreender o processo de constituição de um programa de orientação sexual durante esse período, demarca a posição de grupos que surgem como forças sociais capazes de fazer a orientação curricular, determinando diferenças e variações no plano da experiência histórica.

É necessário reforçar que “o currículo não apenas *representa*, ele *faz*. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão *no currículo* tem conexões com a inclusão ou exclusão *na sociedade*” em diálogo com uma história social do currículo (SILVA, 2020, p. 20, grifo do autor). Portanto, mesmo que de forma transversal, a inclusão de um projeto de educação sexual revela o destaque dado na construção de um novo currículo para as escolas municipais, uma ação política pensada numa perspectiva de participação de setores historicamente marginalizados.

Dessa maneira, investigar documentação produzida durante o processo de implementação do projeto é também dar voz aos envolvidos e luz às lutas históricas empreendidas pelo movimento feminista, movimento de professoras(es) e diversos agentes que pareciam comprometidos com uma educação menos assimétrica, impactando na vida de meninos, meninas e adultos que poderiam viver sua sexualidade de novas formas ou, ao menos, ter em mãos outros conhecimentos sobre o tema.

O trabalho procurou compreender e analisar a constituição do Projeto de Orientação Sexual na cidade de São Paulo, pensando os debates e embates para a sua implementação, no sentido de discuti-lo como prescrição, pensando a relação entre a escola, a sociedade e o poder público, sob o questionamento: como operaram esses debates entre os diversos agentes envolvidos, com ênfase nas discussões feitas pelos grupos de estudo, como pelas(es) vereadoras(es), educadoras(es) e membros do CEE (Conselho Estadual de Educação)? Investigou-se, então, a documentação produzida por esses agentes, como atas, pareceres, registros de plenárias e discussões estabelecidos na Câmara Municipal de São Paulo, bem como o próprio caderno do Projeto.

Problematização sobre o Programa de Orientação Sexual (POS) da Prefeitura de São Paulo

Do tema central, como se deu a construção do Projeto de Educação Sexual na prefeitura de São Paulo a partir do ano de 1989, emergiram outros questionamentos: o que foi e o que significou o Programa de Orientação Sexual (POS) apresentado e difundido na primeira gestão petista da cidade de São Paulo? Como foi pensado e estruturado diante da alternância de poder após o período militar e quais ideias sobre sexo e sexualidade pregava? Quais eram os conceitos e os motivos para o seu planejamento, bem como, que tipo de material produziu?

A hipótese que guia esse trabalho é de que a abertura política combina com um período em que há difusão mais ampla de debates e discussões sobre a sexualidade, tanto acompanhando a abertura política, que permitia a participação de variados setores sociais com temas até então vistos como “sensíveis”, tais como educação sexual, orientação sexual, quanto acompanhando a epidemia de Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) que exigia mais entendimento sobre o corpo e o comportamento sexual, entre outras demandas sociais sobre o assunto, como gravidez na adolescência, aborto entre adolescentes, quando, paulatinamente, foi observado a introdução de um debate sobre “gênero”.

A pesquisa ampara-se pelo caráter histórico e documental, tendo como contexto o período da redemocratização no país, fase em que mobilizações de diversos setores da sociedade civil e novos partidos políticos agitavam o cenário nacional. Espelhando esse ambiente de tensões e lutas, a prefeitura de São Paulo, entre os anos de 1989 e 1992, foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores sob a figura de Luiza Erundina e a Secretaria de Educação sob gestão de Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella.

Além da pesquisa bibliográfica sobre a temática curricular e histórica do movimento LGBTQIA+, foram analisados documentos produzidos à época do projeto que incluem os pareceres da CEE, atas da câmara dos vereadores, reportagens, entrevistas e matérias publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo (OESP). Os pareceres analisados foram os nº 1911/91 – CEE – Conselho Pleno, aprovado em 18/12/91, e nº 934/92, aprovado 05/08/92; ambos os pareceres culminaram no parecer final nº 1383/92, aprovado em 25/11/92. As duas atas do Diário Oficial do Município (DOM) que tratavam do Projeto de Orientação Sexual, direta e indiretamente, disponibilizadas pela equipe de documentação da Câmara Municipal de São Paulo, e os documentos oficiais da SME, o

Regimento, contendo a proposta de reforma curricular que incluiu o POS e o Caderno de Orientação Sexual também são documentos importantes para esta pesquisa. Por fim, consta a análise do processo nº 2433/84 sobre o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo, encaminhado através do ofício da SME 586/91 no dia 14/11/1991, pelo então secretário Mário Sérgio Cortella.

O Caderno de Projeto de Orientação Sexual foi analisado por se tratar de um elemento dos mais importantes deste estudo em razão das evidências dos saberes que foram abordados ao longo dos processos de sua constituição, sendo que sua aplicação e debates posteriores não fazem parte do escopo desta pesquisa.

Seguimos a percepção de Goodson quando afirma que “os conflitos em torno da definição do currículo proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetivos de escolarização” (Goodson, 2020, p. 39). O Caderno de Orientação Sexual, como registro do Projeto de Orientação Sexual, descreveu um processo de escolarização que trouxe à luz a presença de temas circunscritos ao sexo e à sexualidade e que fizeram parte de reforma curricular empreendida pela SME.

A análise da Reforma Curricular que resultou na aprovação desse novo Regimento Comum das Escolas, incluindo o POS, bem como do caderno, foi balizada pela perspectiva do currículo como uma tecnologia social desenvolvida na ação, no tempo lugar e contexto histórico. Ele é parte integrante do que Lindblad e Goodson (2011) definiram como reestruturação escolar dentro de uma pedagogia dos movimentos sociais. Isso significa reconhecer e valorizar o papel dos movimentos sociais na construção de sociedades democráticas. A inclusão de um projeto que tratasse de sexualidade sob uma nova ótica, aberta às possibilidades para à discussão sobre o prazer sexual, incluindo temas tidos como tabu à época, como masturbação, desejo, homossexualidade, destituídos de ideias sobre pecado e culpa, revela que o período da redemocratização brasileira esteve articulado às demandas de grupos sub-representados, principalmente os movimentos pautados na perspectiva da luta pelos direitos humanos, durante a ditadura civil-militar e que se faziam presentes na constituição de novos currículos escolares.

Esses processos acompanham mudanças políticas, como a própria redemocratização do Brasil e a chegada do PT à cidade de São Paulo. Isso significa que estamos falando de um contexto em que está sendo assumido um outro tipo de política cuja meta era ampliar os debates sobre os fins da educação em meio a um cenário que estava até então sendo delimitado por uma agenda política bem diferente, tendo em vista

que o governo do município estava sendo pautado por uma perspectiva afeita ao conservadorismo.

A administração anterior, do prefeito Jânio Quadros, foi marcada por conflitos com educadoras(es) e por uma gestão mais centralizadora. Ao assumir o governo, Jânio Quadros iniciou a “reorientação da política educacional pelas providências repressivas” (Cunha, 1991, p. 223),

Foi proibida a afixação de cartazes de “cunho ideológico” nas dependências das escolas e Secretaria Municipal de Educação. Jânio Quadros revogou o regimento comum das escolas, implantado no governo Mário Covas, e retomou o que estava em vigor no início da década com o objetivo de retirar o poder dos conselhos de escola. Aglutinou as Secretarias de Educação e do Bem-Estar Social e reformulou estruturas, funções e divisões das instâncias burocráticas dessas secretarias (Ishii, p. 36).

Nas ações da prefeitura e da SME recém-eleita, o que se via eram medidas opostas à gestão da SME durante a administração de Jânio Quadros, entre os anos de 1986 e 1988. A administração Jânio Quadros reduziu o orçamento da educação e de programas sociais e privilegiou setores das grandes obras (Cisesk, 1997).

No caso da nova gestão, a própria Secretaria Municipal de Educação foi profundamente alterada em sua organização; foram criadas estruturas administrativas, inclusive um processo de recontração das(os) professoras(es) demitidos na gestão Jânio Quadros, de acordo com Cunha (1991). Também foram criados os Conselhos de Pais, sendo o próprio conselho das escolas, organizado de forma paritária entre famílias, professoras(es) e gestoras(es) e que constavam do novo Regimento Comum das Escolas, aprovado por decreto em 1992.

O próprio caderno do POS tentava demarcar uma diferença de atitude política, quando mostra uma série de grupos e núcleos que foram chamados para sustentá-lo politicamente, conforme segue:

As ações desencadeadas, tanto em nível da Secretaria Municipal de Educação (SME), Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa (CONAE), Diretoria de Orientação Técnica (DOT), Núcleos de Ação Educativa (NAEs), como em nível das escolas, passaram a ser decididas de maneira colegiada, refletindo a organização da administração que almeja, além dos princípios acima citados, a unidade na diversidade e a busca de uma nova qualidade de ensino (Caderno POS, 1992, p. 5).

Portanto tratamos de apresentar os modos como foram organizados os processos em prol de uma educação que visava à inclusão de temas sociais prementes, acontecidos diante de troca de poder em que tais assuntos, anteriormente, não tinham sido privilegiados. Por isso, cabe pensar a introdução de um processo político como alicerce de um plano de orientação sexual que passou por certos combates.

Assim, um novo regimento e currículo escolar poderiam espelhar lutas de educadoras(es) e setores envolvidos por uma educação pública ao abarcar novos temas e grupos, como dissemos, até então sub-representados, e que também estavam sendo apresentados em vários outros projetos, marcando haver interesses diferentes emergindo na arena política a partir de uma variedade de debates sociais, possibilitando identificar a posição das mulheres como combativa:

A década de 1980 é representativa, na história do Brasil, como o período de abertura democrática do país. O foco das mudanças que permearam o processo de redemocratização da sociedade brasileira foi a garantia dos direitos sociais e individuais e o marco definitivo desse processo, além das eleições diretas para a presidência da República, foi a elaboração da nova Constituição Federal. Esta é sem dúvida a Constituição que melhor refletiu e acolheu os anseios da população, entre eles antigas demandas do movimento de mulheres que, organizado em todo o território nacional, foi um dos líderes da campanha da constituinte, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (Vianna, Cláudia & Unbehaum, Sandra, 2004, p. 82).

A proposta de um currículo que incluiria o tema Orientação Sexual, apresentado de maneira interdisciplinar, reforça que matérias escolares poderiam ir além de epistemologias reduzidas a conhecimentos específicos. Elas marcam lutas por reconhecimento, por recursos e entrosamento entre diversos atores sociais.

Para Goodson (1997), investigar a história das disciplinas escolares é uma forma de esclarecer suas origens e processos de formação por meio do estudo das tendências e mudanças que ocorreram na seleção do conteúdo e nos métodos de ensino. O estudo dessas "matérias escolares deve se concentrar nas intenções e poderes envolvidos" (Goodson, 1997) tanto em sua dimensão "abstrata", no que diz respeito ao debate acadêmico, quanto nos valores, interesses diversos, pressões e lutas populares e na seara política do seu próprio tempo histórico.

É possível compreender que há interesses de uma comunidade disciplinar a qual aponta a necessidade de ser ver representada nos conteúdos curriculares os quais, neste caso, não são imediatamente ligados a uma disciplina escolar especificamente, mas

poderiam ser apresentados como tema transversalizado por diferentes áreas, de forma a possibilitar maior profundidade às temáticas sociais mais prementes, principalmente para o corpo discente diante das questões sobre gravidez precoce ou doenças sexualmente transmissíveis etc.

Logo, é possível observar que, quando um currículo inclui um projeto de Orientação Sexual, ele pode carregar consigo batalhas sociais. No âmbito deste trabalho, procura-se apontar para os grupos que, naquele contexto, traziam pautas ampliadas sobre educação – tais como as demandas do movimento feminista – e transformadas em ações por meio do Projeto e do Caderno de Orientação Sexual.

Como já registramos, a vitória do PT na cidade de São Paulo fazia coro ao momento de redemocratização do país. No mesmo ano do logro em conquistar a prefeitura (1988), uma nova constituição foi aprovada. Para a época, a nova constituição representou uma série de avanços, por meio das garantias e universalização da saúde, educação vistas no artigo 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Esses “novos ares” democráticos não significavam a superação das práticas autoritárias do país ou da cidade, pois os setores conservadores encontravam espaço e representatividade em diversos campos e, no geral, faziam bancadas importantes em estados e prefeituras. Em São Paulo, a coligação de sustentação política do governo era composta por apenas três partidos, PT, PCB e PCdoB, e por 18 vereadoras(es), fazendo frente a partidos do oposto espectro político, como PDS e PFL, sendo os arranjos para a aprovação de leis e emendas um campo de constante tensão.

Essa breve retomada do panorama político foi necessária para entendermos que as propostas para uma reforma na educação baseadas em novos pilares – orientados por uma gestão participativa e popular de acordo com a própria administração Luiza Erundina – e que incluiria questões sobre sexo e sexualidade, não seriam implementadas com facilidade, sem haver numerosas e intensas articulações políticas, bem como as lutas de diversos agentes políticos e sociais. Um currículo é produzido, negociado e reproduzido e formulado numa variedade de áreas e níveis e, portanto, aponta para uma cartografia possível de conflitos sociais.

De acordo com Goodson (2011), tempos de mudanças históricas e políticas revelariam ao menos três tipos de reestruturação educacional. Uma delas seria a “reestruturação como um modelo para organização e planejamento racional em épocas de rápida mudança e instabilidade” (Goodson, p. 18). Uma segunda seria a

“reestruturação como consequência de mudanças sociais e políticas no sistema” (Goodson, p. 18) e uma terceira “como processo que abarca um número infinito de possíveis modos operacionais entre educação e organização escolar” (Goodson, p. 18). A reforma curricular empreendida pela Secretaria de Educação de um governo petista, após décadas de ditadura civil-militar, representaria, portanto, uma reestruturação como consequência de mudanças sociais e políticas. Para compreender essa reestruturação, o autor aponta para uma proposta de análise de dois tipos de narrativas, uma delas seria a narrativa de vidas profissionais, por meio de entrevistas e imersão na rotina escolar. A segunda, a que esse trabalho se debruça, busca analisar as narrativas sistêmicas encontradas nas fontes documentais produzidas durante o contexto específico da reforma educacional.

Torna-se importante destacar que um currículo prescrito não está dissociado de uma prática pedagógica. Essa cisão tão popularmente alardeada como experiências contraditórias, o “chão da sala de aula” e a Universidade e suas “teorias” acabam por empobrecer os debates e reflexões que ocorrem durante a construção social do currículo. Para além de epistemologias, disciplinas escolares expressam o compartilhamento de saberes, lutas por recursos e entrosamento de diversos agentes e revelam intenções e poderes envolvidos. Dessa forma, podemos destacar, mais uma vez, a perspectiva desenvolvimento do currículo como capaz de transferir ideias para as práticas de sala de aula e assim ajudar as(os) educadoras(es) a reforçar sua própria prática.

Desde que os debates sobre o que deve ser ensinado nas escolas iniciaram, a partir de preocupações disciplinares da modernidade, seja para a educação das “massas”, seja para a formação das elites políticas, o entrelaçamento entre a produção acadêmica e escolar se dá por meio de currículos institucionalizados e mediados pelas universidades. Nesse campo de disputas, as disciplinas também foram hierarquizadas e priorizadas de acordo com diversos critérios como classe, raça e gênero.

Ao incluir questões de gênero na agenda educacional e na sala de aula e fazer dela parte da reforma curricular, a SME abria espaço para um debate que estava sendo realizado na sociedade por setores ligados a grupos diversos, inclusive médicos, preocupados com os constantes ataques operados por movimentos conservadores e pelas mídias em razão da epidemia de AIDS, mas também como uma resposta aos retrocessos desencadeados por esse pânico generalizado.

Além disso, os números de gravidez na adolescência e interrupção dos estudos por essas jovens eram altos para uma cidade que há tempos se apresentava como

cosmopolita e “moderna” e por essa “brecha”, discutir sexo e sexualidade fazia mais sentido e era cada vez mais partilhada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. Essas são discussões que emergem e que serão abordadas com mais ênfase até o texto final desta dissertação.

Um novo Regimento Comum das Escolas e um novo currículo já havia sido esboçado no governo do prefeito Mário Covas, tendo à frente da SME a educadora Guiomar Namó de Mello. Nos dois anos de sua gestão, tentativas de implementação de um novo programa curricular foram logo interrompidas com a chegada de Jânio Quadros, em 1984. A retomada desse projeto só aconteceria em 1989, agora sob a direção de uma nova equipe formada por educadoras(es) do partido dos trabalhadores e de uma nova constituição federal. O contexto dos anos de 1980 e 1990 em que se insere o novo regimento, nos possibilita dar luz às/aos agentes envolvidas(os) e suas “lutas de currículo”.

Organização da pesquisa

Essa pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro trata o cenário político do período da redemocratização do Brasil, em especial a chegada do PT à prefeitura no município de São Paulo. Aborda os embates e arranjos políticos ocorridos diante desse novo cenário, as dificuldades para a formação de uma base de sustentação política que garantisse os projetos e programas, aos quais a aliança política formada pela candidatura da prefeita Luiza Erundina se forjou, dando destaque à composição da pasta de Educação e os temas apresentados como importantes, de modo a indicar como o programa de orientação sexual está associado a um plano maior, com um histórico anterior a ele mesmo. Neste capítulo, estão sob análise artigos e obras que trataram da gestão petista durante os anos de 1989-1992, de modo a fazer a relação entre a pasta da educação. Os autores e dados analisados abordaram a configuração do secretariado e a montagem da SME, o plano de governo e os desafios enfrentados pela prefeita Luiza Erundina para administrar a maior capital do país numa conjuntura de adversidades de recursos e de base política.

O segundo capítulo traz um cenário das lutas e organizações que pleiteavam a inclusão da educação sexual no país e na cidade de São Paulo e que culminou com a inclusão do Programa de Orientação Sexual (POS) no novo currículo implementado pela SME através de um novo regimento comum para as escolas municipais. A pesquisa se

deu a partir da documentação oficial, produzida durante a construção do Regimento Comum das Escolas em que incluía na questão curricular o Projeto de Orientação Sexual destacando o trabalho do Grupos de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), apresentando a sua atuação e os temas e ideias discutidas.

No terceiro capítulo, apresentamos um panorama sobre a difusão do Programa de Orientação Sexual (POS) nas escolas do município de São Paulo, bem como há a apresentação com mais detalhamento do Caderno de Orientação Sexual: sua composição, ideias centrais, conteúdos, conhecimentos e recepção nas escolas selecionadas.

O Regimento Comum das Escolas e novo currículo de educação paulistana, implementados na gestão Luiza Erundina, foram revogados logo que Paulo Maluf assumiu a prefeitura, em 1993. Mesmo assim, todo o movimento que incluiu sua discussão e implementação deixou profundas marcas na cidade. As sementes plantadas através de diversos programas e projetos e os diálogos travados entre sociedade e escola não necessariamente foram apagados.

Levantar o percurso realizado por pessoas e movimentos ligados a uma educação democrática, à inclusão de grupos historicamente excluídos como mulheres, gays e lésbicas, reforça a importância em reconhecermos que o caminho é feito de avanços e retrocessos, mas jamais ocorre sem luta. Se hoje vivemos um momento de recuo conservador, é importante reconhecer que, em tempos anteriores, avanços significativos ocorreram. A história política não avança no tempo acompanhada por uma evolução democrática perene. Esse é um dos ensinamentos desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

A cidade de São Paulo na redemocratização: o PT chega à prefeitura e à Secretaria Municipal de Educação

Neste capítulo, procuramos discorrer sobre a ambiência política que envolveu a vitória e a chegada de Luiza Erundina à prefeitura da cidade de São Paulo e do crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 1980 e início de 1990, período marcado pelo processo de redemocratização do país. Tratou-se aqui de levantar as disputas políticas que ensejaram as eleições de 1988 e o governo Erundina, a composição do secretariado, em especial a chegada de Paulo Freire à Secretaria Municipal da Educação (SME) e seu gabinete, as circunstâncias que envolveram sua escolha e sua substituição *a posteriori*, em 1991, por Mário Sérgio Cortella, bem como as condições encontradas secretaria no entorno de sua chegada e administração.

1.1 Das eleições à vitória

A vitória de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, nas eleições de 1988, marcava a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à maior cidade do Brasil. Envoltos numa disputa acirrada, dentro do próprio partido e contra o candidato Paulo Maluf, até então visto como favorito, ocorreu concomitantemente à promulgação da nova Constituição e no contexto da redemocratização brasileira.

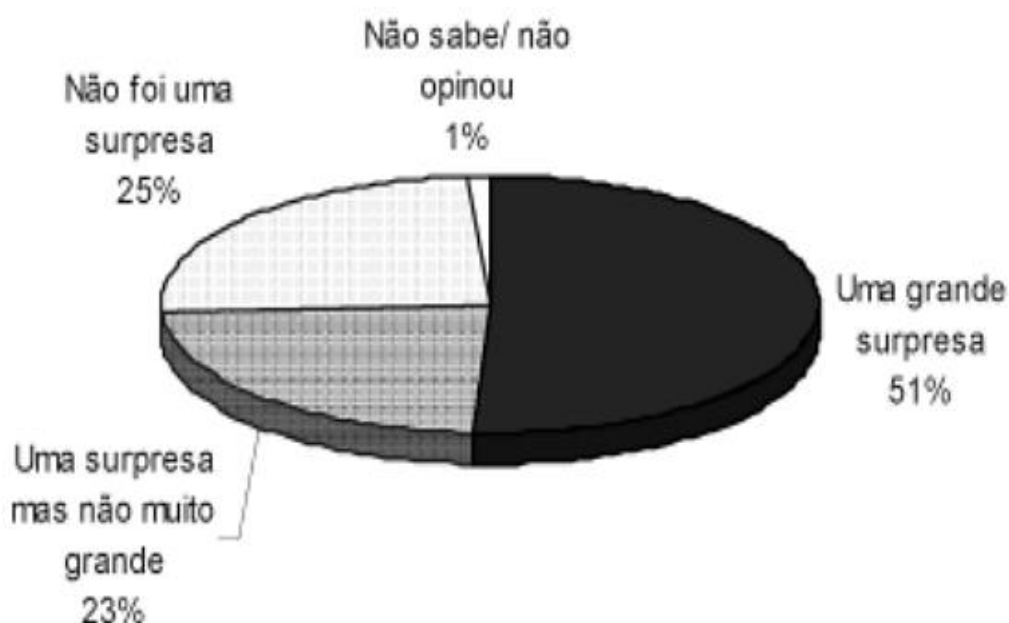
Da escolha de Erundina como representante do Partido dos Trabalhadores (PT) à vitória improvável, chegava à prefeitura, pela primeira vez, uma candidata mulher e nordestina. O próprio partido tinha pouca experiência no poder executivo, mas carregava grande expectativa de setores populares e da militância petista que fez aguerrida campanha política. Sua vitória se deu em um ambiente de tensões até mesmo dentro do partido, quando disputou as plenárias com Plínio de Arruda Sampaio, político de família tradicional e eleito deputado federal em 1986 com expressiva votação, obtendo 56% dos votos dos filiados (Singer, 2022).

Atravessada a eleição interna, iniciava-se a disputa pela prefeitura de São Paulo em 1988 formando chapa com Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado e um dos membros fundadores do PT, contra Paulo Salim Maluf, do Partido Democrático Social (PDS)

herdeiro político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sustentáculo da ditadura civil-militar. Paulo Maluf havia sido prefeito e governador de São Paulo, nomeado pelos militares, deputado federal por diversos mandatos, secretário estadual de transportes e presidente da Caixa Econômica Federal entre os anos de 1969 e 1988. Ligado aos setores industrial e comercial, apresentava-se como um político conservador e “fazedor de obras” e há pouco tempo, 1982, havia deixado o governo do estado. Em 1986, disputou as eleições para governador do estado de São Paulo, sendo derrotado por Orestes Quécia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

As eleições ocorreram em cenário conturbado, tendo em vista as incertezas que envolviam Jânio Quadros, à época prefeito da cidade, sobre quem apoiaria como seu sucessor. O próprio Paulo Maluf já havia disputado. Logo no início da campanha, Paulo Maluf saiu à frente sendo seguido por João Leiva, candidato apoiado por Jânio Quadros. Erundina ocupava a terceira posição nas intenções de voto e sua vitória foi tida como uma grande surpresa pela população e pela grande imprensa. Dias antes da eleição, como apontam os estudos da Revista Tendência, ligada ao Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), havia grande incerteza nas(os) eleitoras(es), o que teria favorecido a campanha de Erundina.

Figure 1. Sobre a vitória de Luiza Erundina



Fonte: IBOPE 1988 (pós-eleitoral) – 25/11 a 03/12/1988. “Pergunta: A vitória de Luiza Erundina foi:”.

De qualquer forma, a vitória sobre Paulo Maluf com porcentagem de quase 30% dos votos foi acirrada. Naquele período, não havia segundo turno, o que indicaria que o governo Luiza Erundina, mesmo ganhando, não encontraria facilidades para implementar seu projeto político.

Tabela 4. Resultado das Eleições para a prefeitura de São Paulo (1988)

Candidato	Coligação	Nº votos	(%)
Luiza Erundina	PT, PCB, PC do B	1.534.547	29,90%
Paulo Maluf	PDS,PJ,PNA,PRP,PPB	1.257.480	24,40%
João Leiva	PMDB,PFL,PSB	728.858	14,20%
José Serra	PSDB,PV,PTR,PSC,PCN	287.340	5,60%
João Mellão Neto	PL	277.280	5,30%
Marco A. Mastrobuono	PTB	35.224	0,70%
Demais candidatos		51.722	1,00%
Branco/nulos		970.351	18,90%
Total de Votantes		5.142.802	100%

Fonte: Couto (1995, pp 118-119).

A votação do PT foi expressiva nas periferias, marcando uma importante ruptura na política da cidade. Os centros e regiões mais ricas da cidade preferiram eleger João Leiva a Paulo Maluf. Mas apesar da derrota dos setores conservadores e da eleição de muitas(os) vereadoras(es) do PT, a base de apoio à Erundina não estava garantida, o que

significava, àquela conjuntura, que projetos deveriam ser negociados constantemente e com grande dificuldade.

Tabela 5. Composição das bancadas na Câmara Municipal de São Paulo eleições 1988

Partido	Vereadores eleitos	(%)
PT	16	30,2
PMDB	9	17
PDS	8	15,1
PSDB	5	9,4
PTB	5	9,4
PFL	4	7,5
PL	3	5,7
PCB	1	1,9
PCdoB	1	1,9
PDT	1	1,9
Total	53	100

Fonte: Couto (1995:199)

A bancada petista era constantemente chamada a negociar com lideranças de outros partidos para ver aprovadas medidas propostas pela prefeitura. A gestão Erundina optou, também, por compor seu secretariado apenas com membros do partido, deixando a costura política ainda mais complicada. Coube aos partidos da base, que já eram poucos, apenas o Serviço Funerário Municipal, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e uma nova cadeira na vereança para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A escolha da

equipe seguiu critérios de “confiança pessoal” ou notoriedade das(os) integrantes sendo todas(os) quadros representativos do partido (Singer, 2022).

De acordo com Singer (2022) e Couto (1995), a homogeneidade da equipe garantiu algumas mudanças importantes entre os papéis das secretarias, autarquias e administrações regionais, mas, ao longo dos anos, as dificuldades orçamentárias, oposição dos setores conservadores, cobertura negativa das mídias coadunadas à setores econômicos tradicionais, expectativas frustradas de parte da população e disputas internas foram enfraquecendo o governo, que acabou derrotado nas eleições de 1992.

1.2 Paulo Freire: secretário da educação

Diferente de outras áreas de qualquer governo, a educação “é assunto que transcende os limites da administração pública, sendo uma das primeiras áreas a sofrer com as mudanças, seja no governo, seja nos regimes políticos” (Mathias, 2004, p. 149). A obra de Suzeley Mathias, em que pese abordar o período da ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985, aponta para a importância do papel da agenda da educação, inclusive como forma de ruptura de governos anteriores.

Uma das primeiras medidas importantes tomadas pela prefeita foi adotar percentual mínimo de 25% do total de receitas para a educação, conforme Artigo 212 da nova Constituição Federal de 1988. A Câmara dos Vereadores acabou por ampliar esse valor para 30%, após negociações entre as bancadas.

Para a composição de seu secretariado, iniciada logo após os resultados serem anunciados, Luiza Erundina chamou para secretário da educação o educador e intelectual Paulo Freire. Freire teria sido o primeiro nome ventilado pela prefeita e circulava pela imprensa, em que também era destacada sua carreira como intelectual e educador. Em matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo (OESP), em 31/11/1988, destacou que Paulo Freire foi o primeiro nome escolhido para compor o governo e em 8/12/1988. O jornal destaca que Freire teria aceitado o convite sem hesitar.

Na descrição da matéria, há indicação de que Paulo Freire, no dia anterior, esteve ao telefone com a prefeita recém-eleita, Luiza Erundina, enquanto estaria em João Pessoa e que teria aceitado imediatamente o convite feito pela prefeita para ocupar o cargo de Secretário da Educação. O texto ainda destacava sua atuação como professor nas universidades paulistas como a PUC-SP e Unicamp e, por ser “mundialmente conhecido

por seu método de alfabetização, responsável por orientar mudanças na estrutura educacional de vários países” (OESP, 30/11/1988. p. 12).

Figura 1. Freire aceita ser secretário

Freire aceita ser secretário

CAMPINAS — Os planos do educador Paulo Freire — virtual secretário de Educação do Município de São Paulo — serão traçados pelo Partido dos Trabalhadores. “O que for realizado nesta área será com base nos projetos do meu partido, o PT”, frisou o educador. Ontem às 14 horas Paulo Freire falou por telefone com Luiza Erundina, que estava no Hotel Manaira em João Pessoa, e aceitou o convite feito pela prefeita eleita da Capital para ocupar a Secretaria da Educação.

Paulo Freire esteve ontem no curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, onde leciona como professor convidado. Ele deu uma aula especial e autografou alguns livros para alunos.

Quando chegou ao Brasil em 1980, do exílio imposto pelo governo militar, Freire passou a atuar como professor na PUC de São Paulo e na Unicamp, que

está aposentado como titular. Atualmente ele leciona na PUC de São Paulo e presta assessoria a grupos de trabalho na Unicamp e PUC de Campinas, na área de Educação. Aos 66 anos, Paulo Freire é mundialmente conhecido por seu método de alfabetização que já orientou mudanças na estrutura educacional de vários países.

Esse método — idealizado na década de 60 em Pernambuco, onde Freire participou do Movimento de Cultura Popular da UNE — tem por objetivo uma releitura crítica da relação ensinar-aprender. Ele defende sobretudo a igualdade na relação educador-educando através de uma prática pedagógica que também é política.

Depois de sedimentada essa relação, Freire propõe a leitura crítica do mundo. Não se trata de uma leitura limitada à prática de decifrar palavras, mas que

dá origem a um projeto de transformação de estruturas. Paulo Freire, que já recebeu o título de Doutor Honoris Causa em três universidades brasileiras (Recife, Unicamp e a de Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul), recebeu na quinta-feira o quarto título, conferido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Uma das principais preocupações de sua vida é o analfabetismo no País, que ele tenta combater desde muito jovem. “Acho que podemos fazer sempre a alfabetização. Em matéria de fazer enquanto educador, há sempre o que fazer. Mas é preciso ter sabedoria suficiente e tática para poder desenvolver uma certa manha necessária para sobreviver. Para mim, é impossível o saber sem criar, o saber sem transformar, o saber sem refletir”, conclui Paulo Freire.



Paulo Freire recebe de Erundina, em agosto de 86, o título de cidadão paulistano

Fonte: OESP, 30/11/1988. p. 12.

É importante destacar que o plano de governo da então candidata Luiza Erundina para a educação anunciava dois pontos em especial: a defesa da educação pública e a qualidade na educação a partir da participação da comunidade escolar nas decisões tanto da escola, quanto da política educacional.

Da proposta do governo constava:

- perceber a escola como um local privilegiado para receber a cultura da comunidade e irradiar outras formas de manifestações culturais;
- perceber a escola como local de reflexão, estudo e construção conjunta de conhecimento;
- entender e valorizar a escola como espaço de participação e organização dos diferentes segmentos e movimentos sociais;
- valorizar a escola como espaço de construção individual e coletiva da ação pedagógica, na perspectiva de resgatar o papel do educador (Plano de Governo, 1989, p. 12).

Percebe-se pelo documento uma indicação à valorização da participação de diferentes atores e movimentos sociais no seio da escola. Esse excerto do Plano de Governo parece apontar à possibilidade, ainda que não explicitada aqui, de se relacionar interesses de diferentes grupos com a escola, o que não se descartaria a participação de grupos como as mulheres, negras(os), gays e lésbicas etc. No entanto, à época indicavam a participação de movimentos sociais organizados e valorizavam as “culturas da comunidade”, tais como movimentos antirracistas, movimento feminista, movimentos sindicais, associações de moradores, entre outros. É dentro deste contexto que se observa a abertura para projetos como o POS.

A escolha de Paulo Freire para a secretaria seguiu, de acordo com Paul Singer, à época secretário de Planejamento, por conta de sua biografia e reconhecimento,

Luiza Erundina compôs seu secretariado colocando nas principais secretarias-meio pessoas de sua confiança pessoal e para outras secretarias convocou “notáveis”, isto é, pessoas que granjearam prestígio em seus campos de atuação. Paulo Freire, educador famoso no mundo inteiro, tornou-se secretário de Educação; Marilena Chauí, filósofa brilhante, secretária de Cultura; o antigo promotor Hélio Bicudo, célebre pela coragem com que denunciou o Esquadrão da Morte, secretário dos Negócios Jurídicos (Singer, Paul 2022 p.35).

Parte da imprensa destacava o prestígio de Paulo Freire acerca de sua escolha e o próprio OESP anunciava, antes de sua posse, um documentário intitulado de “O educador da liberdade”, que trataria sobre sua vida e obra a ser apresentado no Museu de Imagem

e Som (MIS). Na matéria, destacava-se que o vídeo, de 45 minutos, seria narrado pelo ator Lima Duarte e ao som de Villa-Lobos⁷, o que mostra o destaque dado a Freire antes mesmo de ser empossado.

Figura 2. Monitor e Paulo Freire

M O N I T O R



sobre Paulo Freire

bido hoje no MIS, às 19h30, o vídeo **O Edu-Liberdade**, que enfoca a carreira e os métodos de Paulo Freire, futuro secretário municipal. Durante 45 minutos, aos acordes de Villa-Lobos e sob a narração de Lima Duarte, o vídeo da TV Bixiga/Vereda mostra depoimentos so-

bre a vida, o exílio, as viagens e o pensamento de Freire. A entrada é franca.

- A Video Trade Show ameaça tomar-se um dos grandes acontecimentos da indústria cultural em 1989. Surgem associações incomuns, como a da produtora FJ Lucas com a companhia de brinquedos Estrela, para lançar o videogame **Capitain Power**. O piloto desse brinquedo escolhe o final que quer para a história, e este será uma das atrações para os visitantes da feira. A Glitzen (relógios) vai fornecer 150 cronômetros e 250 jaquetas para os videomarkers participantes do Videorail. Além disso, publicações importantes, como a *Variety* e a *Screen International*, preparam edições especiais sobre o evento.
- Outras novidades da Video Trade, o seminário de computação gráfica, que contará com a participação de técnicos da Globo; a presença dos empresários que ganharam concessão para explorar canais de UHF; um restaurante com cardápio totalmente inspirado em cinema, com pratos clássicos da mitologia cinematográfica. Esta última deve ser concorrida. Há pratos com nomes como *Viagem Insólita* (dobradinha), *Marilyn* (coxinha de galinha), *Atração Fatal* (queijo com goiabada) e *Schwarzenegger* (hambúrguer de três andares), entre outros.
- As distribuidoras entram em firme na onda dos lançamentos simultâneos e incêlitos, no final de 1988. A *Manchete Vídeo*, por exemplo, acaba de soltar nas locadoras **O Mistério no Colégio Brasil**, comédia nacional de José Frazão, com Sílvia Buarque, Marieta Severo e Carlos Au-



Ironweed foi lançado pela Transvideo



Colors, de Hopper, em 1989

gusto Strazzer. A Transvideo lançou **Ironweed** de Hecto Babenco, mal saído de uma frustrada incursão pelo cinema.

■ Lançamentos anunciados pela Globo Vídeo para 1989: **Joguem Mamãe do Trem**, com o bairrinho hilário Danny DeVito; **Vestida Para Matar e Blow Out**, de Brian DePalma; **Cores da Violência (Colors)**; **Conquistai Sangrenta (Flesh and Blood)**, de Paul Verhoeven; **Setembro**, de Woody Allen e **Playtime**, de Jacques Tati.

■ Amanhã, às 20 horas, também no MIS, será exibido **Madalena, Beatriz e Outras Vilas**, vídeo realizado por Elaine Lavezzo e Ana Regina Freitas. A produção acaba de conquistar o prêmio de Melhor Vídeo do I Festival de Centro Cultural São Paulo, além de Melhor Roteiro e Melhor Sonoplastia. **Madalena, Beatriz** é narrado por Lar Jayra e tenta radiografar a vida nesses bairros bucólicos encravados dentro da turbulenta São Paulo, através de imagens e depoimentos. O MIS fica na avenida Europa 158 — Jardins.

■ As companhias produtoras independentes de filmes estão acreditando no potencial do mercado de vídeo no Brasil. A VIC Distribuidora conseguiu uma façanha inédita. O filme **Animal Protetor**, com David Carradine, está sendo lançado em vídeo no Brasil, antes mesmo de estrear nos cinemas do mundo inteiro. O filme mostra um grupo de ambientalistas tentando resgatar alguns animais aprisionados numa base do exército norte-americano, chefiada pelo ex-Kung Fu, Carradine, que estaria sendo utilizada para testar armas químicas.

Fonte: OESP. 21/12/1988, p. 34.

Suas primeiras experiências na área da educação datam do final da década de 1940, quando atuou como diretor do Departamento de Educação e Cultura e, posteriormente, superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI-PE). Em 1962, participou do governo de Miguel Arraes em Pernambuco como diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade de Recife. No Governo de João Goulart, trabalhou na presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular e coordenou o Plano Nacional de Educação na gestão do então Ministro da Educação Paulo de Tarso C. Santos e, em janeiro de 1964, lançou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos.

Com o golpe civil-militar, em março de 1964, foi acusado de subversão e ficou preso por 72 dias. Exilou-se primeiramente no Chile, onde escreveu sua obra mais conhecida, “Pedagogia do Oprimido”, em 1968. Mudou de país por diversas vezes e

⁷ Tanto o ator Lima Duarte quanto o compositor Villa Lobos são considerados importantes e destacados representantes da arte e cultura brasileira. Lima Duarte é ator, produtor cultural, dublador e diretor de peças teatrais e telenovelas. Heitor Villa Lobos foi compositor, maestro, violoncelista, pianista e violonista brasileiro e autor de obras icônicas como “As Bachianas” e “O trenzinho caipira”.

chegou a trabalhar como assessor do Ministro de Educação de Guiné Bissau, Mário Cabral em 1978. Trabalhou, também como assessor em outros países africanos recém-independentes à época (Querubim, 2011, p. 2).

Da mesma forma que a biografia de Paulo Freire era indicada como balizadora de sua escolha, Marilena Chauí⁸, Paul Singer⁹ e Hélio Bicudo¹⁰ eram figuras proeminentes no Partido dos Trabalhadores e destacados em suas áreas de atuação.

Assim que Freire assumiu como secretário, um arranjo administrativo da SME foi organizado e a equipe montada contando com educadoras(es) e intelectuais ligados à Paulo Freire, como Moacir Gadotti, primeiro Chefe de Gabinete e Lisete Arelaro, Chefe de Assessoria Técnica Pedagógica (ATP). A cidade foi dividida em dez unidades regionais, os Núcleos de Ação Educativa (NAEs), cada qual composto por um Coordenador de Educação e uma equipe que respondia pelas escolas locais. Os NAEs substituíram as antigas diretorias regionais de educação, sendo que seus integrantes foram escolhidas(os) entre as(os) professoras(es), estabelecendo a reorganização das antigas delegacias de ensino

No dia 1 de fevereiro de 1989, foi publicada no Diário Oficial uma carta da Secretaria endereçada as(os) educadoras(es) comunicando e “convidando-as(os)” a participarem da construção de um novo projeto e forma de pensar a educação na cidade. Intitulada “Aos que fazem a educação conosco em São Paulo”(Figura 3). A escolha desse modelo de comunicação pretendia lançar mão de uma forma de linguagem, entendida por Freire como mais popular sendo ela uma estratégia já utilizada como ponto de partida de antigos projetos pedagógicos, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, criado em 1960.

Nessa carta de fevereiro de 1989 dirigida à rede municipal, Paulo Freire apresentaria as(os) educadoras(es) o convite a fazerem parte da construção de uma “escola voltada para a formação crítica e para uma sociedade democrática” (Carta “Aos

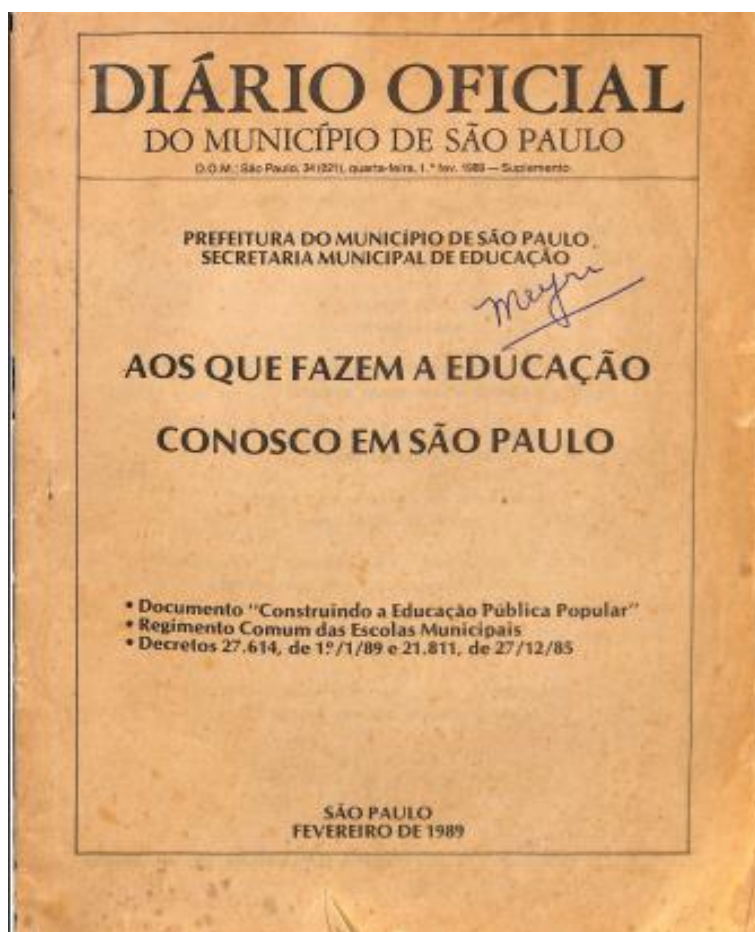
⁸ Marilena Chauí é filósofa e escritora, professora emérita da Universidade de São Paulo (USP), Doutora Honoris Causa pela Universidade de Paris VIII e de Córdoba na Argentina. Apresenta uma vasta produção no campo da filosofia, mas estendeu sua produção para áreas da educação e cultura.

⁹ Paul Singer, economista, escritor, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo, nascido na Áustria em 1932 e que, em 1940, migra para o Brasil. Desde muito jovem articulou suas pesquisas e produções acadêmicas à militância política, sendo afastado da docência na USP em 1969. Também participou da fundação do PT.

¹⁰ Hélio Bicudo foi jurista e político, ministro no governo João Goulart, deputado federal por diversos mandatos e ligado à defesa dos direitos humanos. Foi um dos fundadores do PT, mas ao final de sua vida realizou forte oposição, incluindo o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, em 2016.

que fazem a educação conosco em São Paulo, 1989). Afirmava que não haveria uma imposição de ideias, mas um diálogo com a comunidade educativa que deveria assumir “um projeto pedagógico emancipador” (Carta “Aos que fazem a educação conosco em São Paulo, 1989). A ideia do convite à participação e a indicação da importância em se construir uma educação democrática fazia coro à possível inclusão de movimentos sociais e os marginalizados nas discussões sobre educação, bem como novos temas, abrindo caminho para um projeto como o POS.

Figura 3. CARTA: “Aos que fazem a Educação conosco em São Paulo” (1989)



Fonte: Coletivo Paulo Freire – SME. Disponível em: <https://www.coletivopaulofreire.org/SME/sme-1989-1992>.

Em 1989, já como secretário de educação na cidade de São Paulo, Paulo Freire e a SME definiram as áreas prioritárias pensando a “democratização do acesso à educação”,

por meio da ampliação e reformas estruturais nas escolas; a “democratização da gestão”, propunha a participação ativa e efetiva da comunidade escolar, “melhoria da qualidade”, com o movimento de reorientação curricular e formação docente com nova remuneração e o “movimento de alfabetização de adultos” (MOVA), como apontam Torres, O’ Cadiz e Wong (2002, p. 100).

Logo no primeiro ano de trabalho, a SME trabalhou no sentido de construir um novo Regimento Escolar Comum englobando quatro pontos centrais: Gestão da Escola; Currículo; Regime Escolar; IV Quadro Curricular, e a construção de um novo Estatuto do Magistério Público Municipal.

Segundo Paulo Freire, era preciso “mudar a cara da escola” por meio de um diálogo constante com a comunidade escolar, lançando uma carta à comunidade no DO em que anunciava,

O fundamental é que as cartas não sejam apenas recebidas e lidas, mas discutidas, estudadas e, sempre que possível, respondidas. Hoje tenho a satisfação de fazer chegar às mãos dos educadores da nossa rede um primeiro texto redigido por equipe deste Gabinete: "Construindo a Educação Pública Popular" - texto em que se fala um pouco de alguns pontos centrais do trabalho comum a ser realizado por nós - e também o texto do Regimento Comum das Escolas para discussão e debates em toda a rede (Carta “Aos que fazem a educação conosco em São Paulo, 1989).

O que se vê é a proposição aberta para um projeto comum que esperava por diversidades a se apresentarem com interesses dos mais distintos para a composição de um currículo municipal. De certa maneira, essa proposição já apresenta uma questão importante que é o tempo e a forma de organização dessas possíveis diversidade de interesses que poderiam modelar o currículo municipal.

1.3 Encontros e desencontros: das condições, da gestão à saída de Paulo Freire da SME

A equipe da SME realizou logo nos primeiros meses um detalhado relato da rede municipal que apontava um quadro desolador sobre as condições encontradas nas escolas. Aliás, o número dessas escolas oscilava, pois sequer o levantamento total das unidades era documentado com precisão. Havia falta de milhares de carteiras e cadeiras, os prédios apresentavam enorme precariedade, professoras(es) sem concurso e alarmantes índices de evasão e repetência. Ainda o cenário seria "resultado de uma política de terra arrasada

praticada por Jânio, que objetivava concentrar todos os recursos numa meia dúzia de grandes obras" (Singer, 2018, p. 37).

As condições materiais das escolas eram apenas mais um dos grandes desafios da Secretaria. Para o grupo que assumia a gestão da SME, era necessário um esforço ainda maior para buscar uma transformação, que deveria coadunar com uma perspectiva democrática e popular de educação, segundo o ideal proposto por Paulo Freire. Defendiam a necessidade de uma ampla reorganização das escolas, da docência, incluindo suas condições de trabalho, formação e profissionalização, até a urgência por uma reorientação curricular, e que, de acordo com a equipe da SME, não refletisse mais o passado autoritário da ditadura.

Em seu livro "A educação na cidade", Freire faz um balanço da gestão logo em tempo de sua saída e relatou alguns dos problemas e desafios que seriam enfrentados pela secretaria, incluindo a herança da greve das(os) professoras(es) de 1987 que resultou com a demissão de diversas(os) servidor(as)es, precarizando ainda mais os serviços. Segundo o autor:

703 escolas, muitas delas em condições bastante precárias (...) No total, 39.614 funcionários da educação municipal (professores, administradores e pessoal de apoio), que representa 30% do total de servidores públicos da cidade de São Paulo, constituem um desafio à imaginação administrativa e pedagógica (Freire, 2001, p. 14).

Estando na gestão de uma pasta importante como a Secretaria de Educação, as cobranças foram inúmeras. Para além das dificuldades em relação aos recursos financeiros da prefeitura, somavam-se expectativas sobre uma gestão que se apresentava como democrática às costas de um secretário tido como importante educador no país.

Não foram poucas as críticas recebidas durante a gestão de Paulo Freire e veiculadas em jornais do estado. Elas alternavam-se entre "denúncias" sobre a ineficácia do chamado "método Paulo Freire", como possível propagador de uma linguagem informal e incapaz de preparar as(os) alunas(os) para o vestibular e sobre as dificuldades de Freire em lidar com as pressões internas do partido e da burocracia.

Em crônica vinculada pelo OESP em 26/03/1989, o jornalista e escritor Augusto Nunes¹¹ criticava o "método" e sua "inadequação linguística", responsável por

¹¹ Augusto Nunes da Silva é um jornalista, escritor e comentarista brasileiro. Tem entre sua obra mais conhecida, livro crítico ao Partido dos Trabalhadores "A esperança estilhaçada: crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula". Dentre diversas funções, atuou como colunista da revista Veja e OESP,

“propagar” uma educação informal e frágil. No texto, ele se identificava como alguém que era de um tempo em que se “brigava para defender” o que chamou de “português correto”. O mesmo ponto seria destacado nas páginas sobre vestibular, no mesmo jornal, em dezembro de 1989.

Figura 4. Crônica: No tempo em que só a namorada podia falar errado



Fonte: OESP. 26/06/1989, p. 70.

Além do escrutínio público da mídia, Freire também era visto com certa desconfiança por alguns setores do partido. Apesar de ser um dos primeiros filiados, não estava ligado particularmente a nenhuma corrente ou estabelecia diálogo constante com a militância petista.

foi diretor de redação do portal R7 e apresentador do Jornal da Record News. Trabalhou na Jovem Pan como comentarista em que dividia bancada com outros jornalistas conservadores.

A própria gestão de Luiza Erundina, como já apontado, apresentava grande dificuldade em dar conta de realizar seu programa de governo e das expectativas da população. As relações executivo-legislativo foram se modificando ao longo dos anos e se refletiram em uma postura mais “flexível e realista de negociações”, sendo necessário estabelecer constantes negociações com a bancada de vereadoras(es) (Couto, 1995). De qualquer forma, traumas e fissuras na administração implicaram em dificuldades para a aprovação de diversos projetos e resvalaram nas diversas secretarias municipais.

Em 1990, circulava pela mídia documento interno produzido pelo diretório do PT com críticas à gestão da Secretaria de Educação feitas pelo sindicalista Benedito Testa, da Associação dos Funcionários e Servidores da Educação (AFUSE). A matéria destacava uma certa idealização da equipe de Freire sobre como estavam as escolas municipais, bem como apontava para dificuldades em relação aos projetos e currículos em processo de implementação. Algumas das críticas pesavam sobre problemas com os projetos interdisciplinares. De acordo com o Regimento Comum aprovado posteriormente e que consta do art. 76, o POS se encaixaria nessa “categoria”,

Os conteúdos referentes a Programas de Saúde, Educação Ambiental, Direitos Humanos e Orientação Sexual deverão ser trabalhados no Ensino Fundamental (Regular e Supletivo) e no Ensino Médio integrados aos conteúdos das demais áreas do conhecimento (São Paulo, 1992, Art. 76).

A ausência do que Benedito Testa chamou de “experiência em sala de aula” da equipe de secretárias(os) de Freire era outra crítica apresentada. Nessa mesma matéria, veiculada pelo OESP, em 3/08/1990, o então chefe de gabinete Mario Sergio Cortella era entrevistado partindo à defesa da equipe, afirmando que o sindicalista não teria “condições” de tecer críticas à Paulo Freire, talvez insinuando sua falta de qualificação para criticá-lo, tendo em vista a biografia de Freire ou mesmo o possível desconhecimento sobre as ações da SME.

Este episódio foi mais um dos que abalaram a administração da educação no município. Outras insinuações recorrentes sobre o excesso de viagens e possíveis dificuldades de Freire com a burocracia anteciparam sua saída em 1991. Em 26/05/1991, o OESP anunciava a saída de Paulo Freire da SME destacando que havia um clima de “indiferença e frustração” que acompanhou sua escolha como secretário. Freire foi substituído por Mário Sérgio Cortella, que acabou por manter boa parte da equipe.

A saída de Freire não interrompeu as discussões sobre a implementação do Regimento Comum das Escolas, pelo contrário. Em 1992, para responder às questões da comunidade escolar e a partir delas, a SME produziu farto material, uma série de cadernos denominados “Regimento em Ação” contando com seis números.

Esses fascículos foram organizados de acordo com as dificuldades docentes e problemas locais, sendo ele apontado como possível referencial teórico para atividades escolares. Indica discussões sobre currículo, visão de educação, gestão, entre outros. Organizado por meio de breves textos explicativos, apresenta formas de pensar a escola, tendo em vista uma organicidade curricular para as escolas da cidade, bem como apontamento de ações possíveis de serem feitas na escola, pensando-a como uma comunidade. Ao final de cada capítulo, resposta às dúvidas levantadas pelas(os) professoras(es).

Eram as perspectivas registradas desse movimento e as ideias que nortearam o Regimento: menor fragmentação da educação, incluindo a organização em ciclos de aprendizagem, nova concepção de avaliação, em que se destacava a importância do registro e do processo das(os) alunas(os), recuperação contínua, participação e colaboração entre educadoras(es) e da própria comunidade, por meio do fortalecimento dos Conselhos de escola.

O projeto de Orientação Sexual, como parte da reforma curricular e empreendida durante a construção e implementação do novo Regimento Comum das Escolas encontrava espaço na perspectiva de um currículo construído coletivamente e que “atravessasse” as diferentes disciplinas e com elas dialogasse, diminuindo a fragmentação das áreas, vista pela SME e pelas(os) educadoras(es) envolvidos na gestão como um problema e uma prática a ser superada.

Já no Caderno 1 (Figura 5) apresentava-se a concepção de currículo que nortearia a educação escolar de acordo com o Regimento, além de respostas específicas às questões sobre a gestão nas escolas.

Figura 5. Caderno 1 – Regimento em Ação



Fonte: Coletivo Paulo Freire – SME. Disponível em: <https://www.coletivopaulofreire.org/SME/sme-1989-1992>.

No capítulo II do mesmo Caderno, encontrava-se a seguinte descrição de currículo:

A concepção de currículo presente no Regimento busca romper a visão de currículo acabado, restrito à grade curricular, preso a decisões e programas pré-estabelecidos, que se efetiva pela seriação e avaliação classificatórias.

A introdução dos ciclos pelo Regimento Comum deve ser entendida como aquisição de um novo enfoque curricular, sustentado nos postulados de continuidade e articulação do conhecimento, oriundo do

cotidiano real e concreto do educando, com vistas à apreensão, interpretação e transformação (Caderno 1 Regimento em Ação, 1992, p. 10).

No trecho observa-se a tentativa da SME em construir um currículo que estivesse de acordo com a própria perspectiva de educação defendida por aquela gestão “como uma prática social, humanística, científica, crítica e libertadora, que tem, ao lado de outras práticas sociais, a perspectiva de transformação social, a luta por uma sociedade mais justa, democrática e solidária” (Caderno 1 Regimento em Ação, 1992, p.7)

O currículo se apresenta, portanto, como uma tecnologia social que articula conhecimentos e realidade social à dimensão política que transformaria essa realidade desigual e antidemocrática. Dessa maneira, a ideia era romper com o “fazer curricular” como uma prática subserviente, idealizada e imposta pelas instâncias “superiores”, mas antes ofertada e debatida em conjunto com a comunidade escolar. A ideia era pensá-lo como contrato e, portanto, difícil de ser realizada.

No Caderno Regimento em Ação nº 3, encontramos mais uma articulação do POS ao Regimento, ao abordar como se deveria incluir projetos interdisciplinares às escolas, disciplinas e ciclos. Busca-se um trabalho interdisciplinar cujas ações destaquem a participação dos alunos.

Os educadores envolvidos no Projeto da Interdisciplinaridade, em horários coletivos, num processo ação-reflexão-ação, vêm construindo uma prática interdisciplinar juntamente com os educandos, debruçando - se sobre conhecimento, numa perspectiva crítica. Sendo o objetivo maior dessa proposta a compreensão da realidade para nela atuarmos conscientemente e nela exercermos plenamente a cidadania (...) (Caderno 1 Regimento em Ação, 1992, p. 7).

No documento, reforça-se a ideia de que projetos deveriam ser escolhas das unidades escolares, e não uma imposição, e é por conta dessa leitura que o Projeto de Orientação Sexual aconteceu por convite e interesse dessas unidades e suas(eus) educadoras(es).

O Regimento, assim como o próprio programa de Orientação Sexual, articulava-se, na visão da SME, respaldada até então pela prefeita Luiza Erundina, à concepção de uma educação democrática e pública ao pretender incluir na escola temas enfrentados por crianças e jovens, bem como não excluir essas(es) estudantes ou categorizá-las(os) como incapazes. Nas palavras da equipe, presentes no Caderno 6:

Politicamente, portanto, a tentativa de homogeneidade é um critério inaceitável numa escola democrática. Mas, não é só do ponto de vista político que esse critério é prejudicial aos alunos. Do ponto de vista psicológico, a rotulação de certas classes homogêneas (“fracas”, “repetentes”) cria um tipo de expectativa que prejudica os alunos dessas classes. Quem já não ouviu as famosas frases: “essa classe não vai dar nada”...; “essa classe não tem jeito”...? Assim, a escola, espaço educativo onde a discriminação e o preconceito deveriam ser desmascarados, acaba, ela própria, incutindo a ideia de que existe o “forte, o “médio” e o “fraco” (Caderno 6 Regimento em ação, 1992, p. 5)

Havia grande preocupação da SME em modificar índices de reprovação e de fazer da educação pública um instrumento importante da inclusão daquelas(es) que eram “deixadas(os)” pelo caminho pela escola seriada, de acordo com as(os) educadoras(es) partícipes dessa gestão. A ideia era de que a escola enfrentasse o problema da reprovação, evitando reproduzir as desigualdades e mazelas sociais. Os cadernos seriam uma forma, também, de referenciar teoricamente essas discussões e propor ações pedagógicas com vistas a superação dessas assimetrias refletidas nas escolas e pelas escolas perpetuadas.

Observa-se no Caderno 6, o último produzido pela equipe da SME, que as questões sobre a implementação dos ciclos causaram grande insegurança entre as(os) professoras(es). Boa parte do documento busca justificar o fim da seriação e a opção por ciclos de aprendizagem como uma resposta tanto política como pedagógica, incluindo farto referencial teórico e exemplos de atividades em diversas áreas onde se encontram, ainda, inúmeros relatos das(os) educadoras(es).

A própria confecção desses cadernos aponta, de certa forma, para a possibilidade de um cenário de dificuldades pensando a sua aplicação da parte das(os) docentes envolvidas(os), alguma resistência interna às práticas pedagógicas e à nova concepção de educação que balizou a equipe liderada por Freire. No Caderno Regimento em Ação 3, aparece o item: por que resistimos às mudanças? A introdução deste item aponta para a possibilidade de que essas dificuldades fossem vistas como obstáculos ou o “desconhecido” a ser superado. Assim, fazia-se um convite as(os) professoras(es) para a seguinte reflexão:

Por que resistimos a certas mudanças? Certamente porque elas mexem com os arranjos que já conseguimos fazer como sujeitos, a partir de nossas vivências, reflexões e contato com o conhecimento elaborado. Esse arranjo nos dá uma certa segurança para nos movimentarmos no mundo em que vivemos. Mexer com ele é quebrar, ainda que momentaneamente, essa segurança, arremessando-nos para o novo, o desconhecido, o desafio (Caderno 3 Regimento em Ação, 1992, p. 8).

Como é possível visualizar, ideia de currículo apresentado e os documentos norteadores da gestão municipal estudada abriam as possibilidades para trabalhos comunitários na escola, ampliando a perspectiva de ação coletiva da escola para com a comunidade e este senso de plenária ampliada está nas bases dos documentos que chama a participação direta dos alunos nas atividades propostas. Isso indicava a possibilidade de diversificação de temas de interesses da própria comunidade ou da rotina direta dos estudantes. O POS caminha por esse esteio de currículo ativo, sendo ele mesmo um tema que aparecia como de interesse de adolescentes e jovens. O entendimento do POS como um programa de atividades transversais será apresentado e discutido pelo Capítulo 2.

CAPÍTULO 2

Currículos e Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo: debates sobre educação sexual e o surgimento do Programa de Orientação Sexual em São Paulo

Este capítulo aborda os contextos que envolveram a construção de currículos e programas de educação e orientação sexual no país e as discussões que cercaram a criação de um programa de orientação sexual na prefeitura de São Paulo na gestão de Paulo Freire à frente da SME, a partir de 1989, sob coordenação de Marta Suplicy. Trata, também, da tramitação e aprovação do Regimento Comum das Escolas pela SME, promotor da reorganização curricular que incluiu como tema transversal o Projeto de Orientação Sexual e que resultou em um Caderno de Orientação Sexual. Junto à análise documental, levantam-se os debates políticos, sujeitos e movimentos sociais envolvidos no processo de negociação e renegociação que ocorreram dentro dessa Reforma Curricular a qual, para muito além de prescrições, ensejaram disputas e projetos políticos.

2.1 Sexualidade como assunto de escola: domínio do corpo e da saúde

É importante historicizar este percurso iniciado pelos programas de Educação e Orientação Sexual nas escolas e nos currículos e assim, como em vários outros países, observar e analisar que o Brasil passava por importante processo de redefinição das questões sobre sexo e sexualidade.

Grande parte dos programas de educação e orientação sexual na cidade de São Paulo e no Brasil, nos anos de 1980, estavam sob a predominância da psicanálise e das áreas da saúde e ciências biológicas.

Da premissa de controle do corpo e da sexualidade atados à ideia de pecado e morte no período colonial, passando pelos discursos médicos, biológicos e higienistas no início do século XX, vemos que os discursos sobre o sexo estão ligados ao controle do corpo. É possível avistar uma perspectiva sobre como deveria ser a orientação sexual, por via escolar, não diretamente como uma disciplina ou um “programa”, mas como forma de conduta no início do século XX, quando se avistam aspectos de controle do corpo, da

moral, da saúde, higiene e reprodução, principalmente sobre o corpo da mulher, segundo Figueiró (Figueiró, 1998).

Ao longo dos anos 1920 se tem notícia das primeiras preocupações com uma Educação Sexual nas escolas por meio de algumas experiências feitas por médicos e professoras(es) (Figueiró, 1998). As preocupações giravam em torno da melhoria da saúde das mulheres, marcado pela perspectiva biológica, anatomista, em conjunto com a moral cristã.

Apenas nos anos de 1960 e 1970, em um contexto de transformações culturais, políticas, sociais e de lutas e movimentos contra a repressão e pela ampliação de direitos, surgem os primeiros programas voltados à educação sexual no país. Segundo Bueno e Ribeiro (2018):

Assim, na década de 1960, alguns anos antes e durante o início do regime militar, na segunda metade dessa década, algumas experiências de Educação Sexual começaram a ser desenvolvidas na rede de ensino, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo. Em São Paulo, tais iniciativas surgem em escolas que propunham uma renovação pedagógica: o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), os ginásios vocacionais, o Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho e os ginásios pluricurriculares experimentais (GEPEs) (Bueno e Ribeiro, 2018, p. 51).

Escolas vocacionais e experimentais foram berço dos primeiros projetos de educação sexual sob um novo foco, em que se questionavam papéis masculinos e femininos durante as discussões que partiam das angústias e dúvidas das(os) alunas(os), havendo preocupação em se criar um ambiente acolhedor e seguro para tais discussões (Figueiró, 1998).

Com a chegada dos militares ao poder, após o golpe civil-militar em 1964, muitos dos projetos passaram a sofrer forte oposição. O ambiente político era de repressão, censura e controle, o que impactou negativamente a educação sexual no país. Professoras(es) e escolas eram vigiadas e as pessoas eram estimuladas a denunciar àquelas(es) que “atentassem” contra a família e a moral (Figueiró, 1998).

Com a abertura política, iniciada a partir de 1978, os programas de orientação sexual foram retomados à luz de novos debates teóricos e curriculares. Nesse período, o campo de estudos sobre sexo e sexualidade foram dominados por psicólogas(os) e sexólogas(os) que experimentavam grande prestígio no período, de acordo com Bejin,

o poder científico dos sexólogos contemporâneos se baseia, em primeiro lugar, no fato de que eles souberam se pôr de acordo quanto a uma definição empírica, relativamente precisa, de “saúde sexual – definição obtida ao termo de pesquisas metódicas em laboratório (Béjin, 1982, p. 236).

Somado a esta ideia de discutir a sexualidade como uma possibilidade de observação do corpo como expressão cultural, vemos a ampliação da literatura sobre o assunto à época.

Entre os anos de 1980 e 1990, a filósofa e escritora Marilena Chauí lançou duas obras que tiveram relativo êxito, como “Repressão sexual essa nossa (des)conhecida” e “Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?”. Publicados na década de 1980, o livro sobre repressão sexual, pela Editora Brasiliense, traz como discussão como a repressão pode ser eficiente quanto mais conseguiria ocultar e dissimular o caráter sexual daquilo que reprime: os debates sobre sexo e a sexualidade. Já o artigo sobre democratização ou maior repressão a partir de programas para educação sexual foi fruto de uma mesa redonda com outras mulheres e publicado em 1981 pela Fundação Carlos Chagas.

Paulo Renes Ribeiro e Mary Neide Damico Figueiró também lançaram estudos voltados à educação sexual, formação de professoras(es), sexualidade e diversidade sexual. Os estudos de Ribeiro ajudaram a mapear os diferentes momentos e projetos desenvolvidos ao longo do século XX no Brasil. Ribeiro (2004) descreve o que ele chama de momentos da Educação Sexual no Brasil, identificando e descrevendo os períodos que demarcam transformações no país e o aumento do interesse sobre o tema na sociedade, mídia e na própria educação (Bueno e Ribeiro, 2018, p. 46).

O que se verifica é que o tema e os debates sobre sexualidade e educação sexual passaram a ser recorrentes nas décadas de 1980 e 1990. Esses elementos indicam que no plano cultural havia a possibilidade de discutir o tema da sexualidade e que ele fosse convertido em um outro tipo de conteúdo escolar. Deve-se levar em conta que o tema da sexualidade já era encontrado em livros didáticos de “programas de saúde”, com a discussão sobre o funcionamento biológico do corpo. Neste caso, o tema poderia ser apresentado de uma nova forma, dessa vez ligado aos aspectos sensuais, autoconhecimento do corpo e de prazer sexual. Esse foi o caminho escolhido como conteúdo do Projeto de Orientação Sexual implementado pela prefeitura de São Paulo entre os anos de 1989 e 1992.

2.2 Reforma Curricular e o POS: lutas, negociações e apresentação do conteúdo sobre a educação sexual na cidade de São Paulo

Em articulação com uma concepção de educação pautada nas ideias de democratização da educação e defesa escola pública e a de uma reforma curricular, a SME delimitou algumas áreas prioritárias de ação, entre elas democratização da gestão e acesso à educação, reforma das escolas e melhoria da qualidade do ensino, entre outros aspectos já apontados.

Dessa forma, desde o primeiro ano de trabalho, a SME procurou trabalhar pela construção de um novo Regimento Escolar Comum englobando quatro pontos centrais: I - Gestão da Escola; II - Currículo; III - Regime Escolar; e IV - Quadro Curricular, bem como a construção de um Estatuto do Magistério Público Municipal.

Dos aspectos presentes no regimento, duas linhas de ação foram determinantes: a reorientação curricular e a formação permanente dos educadores. Era preciso, para Paulo Freire, fazer uma alteração ampla na forma como era entendida a gestão e a escola no município. O pensador partiu da ideia de manter um diálogo constante com a comunidade escolar, mas, vê-se que a realidade política não era tão simples assim, pois, segundo Freire durante a sua própria avaliação da gestão (Freire, 1997), apontava:

É preciso que se compreenda que a mudança da "cara" da escola não se pode fazer de um dia para o outro ou tão depressa como eu desejaria que fosse. Isto porque a minha opção de como fazer a mudança da escola implica ouvir todos os que fazem a escola (pais, educadores, alunos, funcionários, bem como a comunidade em que esta se situa e os especialistas nas diferentes áreas de conhecimento). E isto não é um simples e exclusivo trabalho técnico ou administrativo. (Freire, 1997, pp 96-97)

Como intelectual ativista, Paulo Freire defendia que todo projeto educacional é político e vem acompanhado de concepções teóricas que o legitimam, ele jamais é neutro, mesmo que as(os) agentes envolvidas(os) não tenham consciência desse mecanismo. Por isso era importante que a proposta de se fazer essa “outra educação” deveria ser uma ação teórica reflexiva, mas também prática e colaborativa. Sem a consciência e participação de seus membros de forma ativa, um projeto não se efetivaria; “sabemos que a teoria em si não transforma a realidade. O que transforma a realidade é a prática, porém pensada, refletida, iluminada pela teoria” (Caderno 6 Regimento em Ação, 1992, p. 10).

Essa concepção reforça a importância para Freire e sua equipe de que o conhecimento é fruto da constante interação entre sujeitos e conhecimento. O educador mostra que houve esforço no início da gestão para este sentido coletivo:

Considero que desde os primeiros momentos de minha gestão iniciei com a minha equipe de trabalho uma grande ação para que isso possa ocorrer. Esta não é, porém, uma conquista que se possa completar em seis meses de administração. As maiores dificuldades, para avançar no rumo da melhoria do trabalho pedagógico da escola, nestes primeiros meses, estiveram no fato de concentrar mais esforços do que aqueles que normalmente seriam necessários para equacionar os reparos de uma rede física totalmente sucateada com um orçamento extremamente exíguo deixado pela administração anterior (Freire, 1997, pp. 96-97).

Deste documento se pode tirar a ideia de que os sonhos e ideais para a então gestão democrática eram grandes, mas, ao mesmo tempo, havia questões objetivas que são demarcadoras de realidades claras. Uma delas era pensar em fazer uma gestão democrática que demanda tempo, paciência, dentro de um quadro tecnocrático já constituído e atuante na Prefeitura e na própria máquina política municipal. Outra era aquela que apresentava um quadro claro de necessidades de ordem físicas como estrutura escolares, compra de materiais, reorganização de turnos etc.

O educador ainda reforça que todo o projeto significava uma “grande conquista” que não viria sem a mobilização de grandes esforços, tanto na constituição de uma reforma e reorientação escolar quanto da própria estrutura escolar, descrita por Freire como “caótica” e precária. Administrar uma pasta como a educação, de acordo com suas palavras, “constituem um desafio à imaginação administrativa e pedagógica” (Freire, 2001, p 14).

O que indica pensar que ter um plano sobre orientação sexual já é uma realidade difícil quando se pensa a mobilização dentro de uma agenda dos costumes. Imaginemos quando esse plano é apenas uma das pontas de tentativa de modificação das estruturas educacionais que estão coligadas a um passado e cujas bases apresentam dificuldades de ordem financeira, prática, de pessoal, políticas etc. No entanto, o POS deveria ser pensado frente a uma série de outras condições que parecem ampliar o quadro de lutas e disputas em que o plano está inserido.

Como primeiro passo para a melhoria da qualidade na educação do sistema municipal, a SME entendeu que era preciso “problematizar” coletivamente a escola e assim lançou o Movimento de Reorientação Curricular. Para tanto, convidou membros da comunidade escolar a participarem voluntariamente do processo de reflexão sobre os

problemas das realidades das comunidades escolares e os possíveis caminhos para solucioná-los. A adesão seria, de acordo com Ana Maria Saul, à época, membro da equipe da SME, feita por identificação, e não por imposição (Saul, 2012).¹²

Além da perspectiva coletiva, outra frente do movimento de reorientação curricular seria a ação por meio da interdisciplinaridade, via “tema gerador”, o que “implicou discutir e tomar posição a respeito de uma questão polêmica, ainda presente no cenário dos educadores que trabalham com currículo, qual seja: qual é o conhecimento que importa?” (Saul, 2012 p. 400).

Dentre as diversas possibilidades e temas levantados e que poderiam se fazer presentes no currículo, havia uma ideia de tornar o currículo um processo vivo e em diálogo com seu tempo. Vivo no sentido da dinâmica de sua construção, publicamente espraiada pela possibilidade de intervenção dos membros da escola.

Para a equipe da SME, a construção desse novo currículo deveria ser coletiva, imprimindo-lhe a ideia de qualidade pela possibilidade aberta de intervenção em seus saberes, como anteriormente explicitado. A possibilidade de construir coletivamente um novo currículo poderia abrir espaço para novos temas.

Os movimentos populares, organizações sociais, partidos políticos que durante a ditadura civil-militar foram perseguidos e impedidos de atuar se apresentaram paulatinamente neste novo contexto de abertura política, principalmente a partir dos anos de 1980. Nesse contexto, havia uma miríade de grupos que agitaram a cidade e mobilizaram em movimentos populares, tais como, “o Movimento Negro, a organização dos grupos de mulheres e de setores da Igreja Católica por meio da formação de CEBs – Comunidades Eclesiais de Base –, bem como a disseminação de associações de moradores, clubes de mães e centros comunitários” (Sposito, 1993, p. 46).

Ainda em 1978, surgia o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), mesmo ano em que foi lançado o jornal “O lampião da Esquina”, de temática homossexual, como parte de uma “primeira onda” do movimento LGBTQIA+, periodização que procura descrever as diferentes fases da organização e atuação do movimento, relacionando-as às mudanças sociais e políticas em curso no período (Facchini, 2009, p. 12).

O alto custo dos alimentos, a falta de transporte e de escolas nas periferias da cidade de São Paulo nos anos de 1970 e 1980 desnudam das falácias do regime militar do

¹² Ana Maria Saul é professora da Cátedra Paulo Freire, do programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

propalado milagre econômico e escancaram a precariedade da vida da grande massa da população paulistana (Sposito, 1993).

Assim como as mazelas que atingiam a cidade eram numerosas, os indicadores de saúde e educação também revelavam que um número significativo de meninas e jovens não completavam seus estudos em decorrência da gravidez precoce. Se o tema não era motivo de investimento ou preocupação durante a ditadura civil-militar no país, a abertura política e a emergência de maior mobilização social e estudos sobre educação, mulheres, gays, maternidade e saúde ganharam impulso, de acordo com Facchini (2009).

A gravidez na adolescência foi considerada um problema de saúde pública. Segundo Nunes (2010), os discursos médicos e psicológicos mostravam que a gravidez precoce acarretaria riscos físicos e psíquicos tanto para a mãe quanto para a prole (Nunes, 2010, p. 46). Segundo Giglio e Mendonça, tratava-se de unir os problemas de saúde que despontavam na cidade em relação aos jovens, principalmente entre as meninas, e uma possibilidade de educação e conscientização que não partia somente em nome da escola, mas como demanda popular e feminina (Giglio; Mendonça, 2021):

Vários movimentos emergiram ao mesmo tempo: o movimento de saúde, organizado por profissionais da saúde e populares, reivindicava atendimento à saúde próximo às suas comunidades; o movimento de educação, liderado por mulheres que, além de lutar por vagas nas escolas públicas, denunciaram a cobrança de taxas às Associações de Pais e Mestres de escolas que muitas vezes vinculavam a matrícula à abusiva obrigatoriedade de contribuição (Giglio; Mendonça, 2021, p. 678).

Em outras palavras, não se tratava de compreender apenas um currículo para a escola, mas um currículo que fosse uma espécie de espelho de uma série de demandas sociais que foram se apresentando como grupos de interesse, incorporados à luta de uma gestão eleita precisamente para fazer valer vozes que, já estavam sendo apresentadas durante o período anterior, mesmo de maneira não tão evidente.

A chegada de Paulo Freire à SME significa uma maior aproximação com novos setores da sociedade e temas tidos como “sensíveis”. Ao longo de sua carreira, o educador desejou desenvolver uma ação política marcada pelo diálogo com setores populares, mas não deixou de “conversar” com acadêmicas(os) ligados às universidades e à pesquisa.

Nesses espaços, cresciam estudos sobre gênero e sexualidade nos anos de 1980. Não se pode esquecer que ainda havia a máquina do partido de onde surgiram os futuros setoriais, os quais tratavam de temas como mulheres, gays e lésbicas, jovens, indígenas,

religiosas(os) e negras(os)¹³, como aponta a pesquisadora Regina Facchini, membro do Núcleo Pagu¹⁴. Em que pese o fato de o coletivo LGBT do partido ter surgido oficialmente no início dos anos de 1990, o evento de 1980 em frente ao Teatro Municipal de São Paulo já contava com a participação de membros do PT.

Tendo em vista que a grande maioria da equipe da SME era ligada diretamente à Paulo Freire e ao PT, as demandas por ampliação da “agenda” da educação também dialogavam com novos temas e mobilizações.

Destacam-se as discussões realizadas pela equipe da SME relatadas pela educadora Meyri Venci Chieffi, à época diretora da divisão de ensino de 1º e 2º graus da Diretoria de Orientação Técnica (DOT), durante a gestão de Paulo Freire, apontando para as diferentes demandas sociais relacionadas, principalmente, à vida das mulheres naquele período.

Em entrevista concedida à Organização Não Governamental (ONG)¹⁵ do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), relatou sobre diversas preocupações que rondavam a secretaria, entre elas, questões de gênero e sexualidade, gravidez na adolescência e a sobrecarga das jovens mães que acabavam por abandonar os estudos. A educadora aponta que aspectos aparentemente “simples”, como a lista de chamada, eram iniciadas por nomes masculinos e isso um problema, pois revelava assimetrias de gênero bastante arraigadas.

Nesse ambiente crescia, entre as diversas propostas para a educação, a possibilidade da discussão sobre sexo e sexualidade como um projeto transversal a ser incluído na reforma curricular.

2.3 A construção do Programa de Orientação Sexual (POS): artifícios e alicerces

¹³ De acordo com a Fundação Perseu Abramo, o setorial LGBTQIA+ surgiu logo no início dos anos de 1990, mas o todo o material e percurso para sua implementação datam de anos anteriores e encontram-se à disposição no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH). A Fundação Perseu Abramo foi criada em 1996 pelo PT, objetivando ser um espaço de reflexão, debates e formação política. No ano de 1986, candidatou-se pelo PT do Rio de Janeiro, Herbert Daniel, ex-guerrilheiro, que se assumia publicamente como homossexual.

¹⁴ PAGU: Núcleo de estudos, pesquisa científica, extensão universitária e ensino com a temática de gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹⁵ Chieffi, Meyri Venci. A gestão de Paulo Freire. Entrevista concedida a Stephanie Kim Abe. CENPEC, São Paulo.

A frente do Programa de Orientação Sexual (POS) estaria a então psicóloga Marta Suplicy, conhecida na época por ter uma seção sobre comportamento sexual no programa TV Mulher da Rede Globo de Televisão entre os anos de 1980-1986.

Marta era filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1981 e formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1970, curso que interrompeu para morar nos Estados Unidos e, posteriormente, tornou-se pós-graduada em Psicanálise pela Universidade de Stanford, em 1972.

Foi durante seu período nos EUA, tempo em que acompanhou seu então marido Eduardo Suplicy, que tomou contato com o movimento feminista estadunidense e estudos de gênero. Já em sua volta, foi convidada pelo diretor Nilton Travesso a integrar um novo programa, o TV Mulher, na Rede Globo de Televisão, transmitido nas manhãs do canal e voltado ao público feminino. No quadro chamado “Comportamento Sexual”, Marta fazia a leitura de trechos de cartas com perguntas das(os) telespectadoras(es) e comentários sobre orgasmo, gravidez na adolescência, desejo sexual, impotência masculina e toda uma miríade de temas no campo da sexualidade (Bueno, 2015).

Durante sua atuação na TV, Marta Suplicy foi afastada, em 1982, em decorrência de reclamações e processos do antigo Departamento Nacional de Comunicações que, à época, respondia pela censura no Brasil. Um dos grupos que exigiam a retirada do ar do quadro de Marta Suplicy foram as Senhoras de Santana¹⁶, como descrito posteriormente em matéria de OESP, do dia 29 de outubro de 2000. A reportagem apresentava um perfil das(os) candidatas em um caderno especial intitulado “Eleições 2000”. No conteúdo, foi descrito o que seria um comportamento “explosivo” de Marta Suplicy e o seu histórico de enfrentamentos, no passado, como “a mulher que provocou a ira das Senhoras de Santana ao apresentar durante cinco minutos diários o quadro ‘Comportamento Sexual’ do *TV Mulher*, na década de 80” (OESP, 29/10, 2000).

Surgido no início dos anos de 1980, nos últimos anos do regime militar, esse grupo de mulheres conservadoras pretendia ser uma espécie de regulação dos programas de televisão em oposição à proliferação de novos conteúdos femininos que não se enquadrariam nos “valores tradicionais” sentidos como visão de mundo de acordo com essa instituição (Ribeiro, 2005).

¹⁶ Grupo de mulheres de viés conservador e religioso, formado no começo da década de 1980, que protestava contra temas considerados “imorais”, principalmente sobre sexualidade e sua discussão na televisão. O nome advém da localização dos encontros, que ocorriam no Bairro de Santana, zona norte da cidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que o quadro do programa foi retirado do ar, muitas outras manifestações contra a censura também ocorreram, indicando que as demandas sobre o tema “sexualidade” eram numerosas e que a luta continuaria. O TV Mulher voltou a apresentar o quadro de comportamento sexual e a notoriedade de Marta Suplicy também aumentou naquele período, precisamente por conta das controvérsias e pelo interesse no assunto.

Tendo Marta como coordenadora, o Projeto de Orientação Sexual partiu dos estudos e discussões elaborados pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS)¹⁷, uma organização não governamental (ONG) criada em 1987 e composta majoritariamente por psicólogas(os)¹⁸ e educadoras(es). O GTPOS era mantido, inicialmente, através de um financiamento pleiteado junto à Fundação John and Catherine MacArthur¹⁹, sendo os recursos utilizados para o pagamento das(os) profissionais do grupo nos anos iniciais do projeto.

As(os) principais membros da equipe que formava o GTPOS eram oriundas(os) da psicologia e psicanálise, sendo que muitas dessas partícipes foram formadas pelo curso de psicologia da PUC-SP. É o que se percebe na Tabela 6:

Tabela 6. Membros do GTPO

Membro	Atuação
Antonio Carlos Egypto	Psicólogo educacional e clínico, sociólogo, crítico de cinema. Autor de livros sobre educação sexual e prevenção de drogas.

¹⁷ Os GTPOS trabalharam, anos mais tarde, na administração da prefeita Marta Suplicy sendo que dois de seus membros, Yara Sayão e Antonio Carlos Egypto, formado ao todo por 17 membros e que fizeram parte do programa de Orientação Sexual como tema transversal dos PCNs em 1996.

¹⁸ Muitas(os) dessas(es) profissionais dedicaram-se aos estudos sobre sexo e sexualidade trabalhando dentro de uma perspectiva terapêutica da psicanálise, sendo reconhecidas(os) como sexólogas(os). Assim como aponta André Béjin, em artigo publicado na obra *Sexualidades Ocidentais*, “o poder científico dos sexólogos contemporâneos se baseia, em primeiro lugar, no fato de que eles souberam se pôr de acordo quanto a uma definição empírica, relativamente precisa, de “saúde sexual” – definição obtida ao termo de pesquisas metódicas em laboratório (Béjin, 1982, p. 236).

¹⁹ A Fundação com sede em Chicago foi criada após a morte do bilionário John D. MacArthur, em 1978. É uma das maiores fundações privadas e apoia projetos em mais de 50 países.

Francisca Vieitas Vergueiro Vonk	Psicóloga e psicanalista clínica. Coautora de livros sobre educação sexual e psicanálise.
Maria Aparecida Barbirato	Psicóloga e psicanalista clínica. Coautora de livros sobre educação sexual e psicanálise. Professora no Instituto Sedes Sapientiae.
Maria Cecília Pereira da Silva	Psicanalista, analista de criança e adolescente e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Autora de diversos livros sobre educação sexual e infância.

Fontes: Dados organizados pela autora. Dados abertos disponíveis na Internet.

À medida que novas prefeituras foram adotando o programa e inserindo-o ao seu currículo, como em Porto Alegre, no mesmo período, o financiamento da organização foi ampliado.

Marta Suplicy foi uma das fundadoras da ONG que possuía como parte central do trabalho do grupo a construção, junto às escolas e administrações públicas, de uma metodologia específica para a implementação de programas de orientação sexual. O programa foi oferecido à Prefeitura nos primeiros meses de 1989, o que indica as conexões realizadas entre partido, prefeitura, secretaria e membros dos GTPOS.

O projeto estava amparado em práticas de diálogo permanente entre as(os) membros participantes e cursos de formação com a equipe do GTPOS. Nas palavras da SME:

O Projeto foi aceito por ser coerente com os princípios pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, pois apresentava a mesma concepção de Homem-Mundo, uma proposta de formação permanente dos educadores, uma metodologia dialógica que concebia a escola como um espaço onde os educandos pudessem ter a oportunidade de discutir com responsabilidade a sexualidade (Caderno de Orientação Sexual, 1992).

O destaque conseguido por meio de seu quadro num programa de televisão de grande difusão à época e sua proximidade com membros do PT, como seu marido, o atual

deputado estadual Eduardo Suplicy²⁰, também indicavam uma possibilidade de maior facilidade para a entrada do projeto na SME da prefeitura de São Paulo.

Segundo material produzido pelo próprio grupo, o projeto estaria em sincronia com a perspectiva de trabalho da então prefeitura. Em 1994, a antiga equipe do GTPOS publicou material em que apresentava o POS como uma das experiências pioneiras em orientação sexual, juntamente às escolas municipais de Porto Alegre, em 1990.

Faz-se necessário o registro de que nesse mesmo guia, o POS teria sido implementado “a convite do Professor Paulo Freire” (Guia de Orientação Sexual, 1994, p. 1) e não que o projeto tenha sido levado “espontaneamente” por Marta Suplicy. É possível aventar a possibilidade de que, ao cercar-se de figuras com certa notoriedade, como era o caso de Marta Suplicy, e de aliadas(os) de longa data, Paulo Freire não se opôs a diversos projetos, entre eles o POS.

2.4 Atas, pareceres, decretos: O Novo Regimento Comum das Escolas

No dia 29/07/1989, no DOM, comunicado 64/89, de 27/07/89, na sessão de educação, registra-se a segunda etapa do POS, em que constavam as orientações gerais e calendário do projeto. Dessa ata constavam o número de escolas participantes, 92 e 204 professoras(es), divididas(os) em nove grupos e suas(eus) respectivas(os) coordenadoras(es). Indicava também quais seriam os grupos preferenciais atendidos – à época, 7ª e 8ª séries –, bem como um calendário esmiuçado e endereços das reuniões e das coordenadorias. Revela-se, assim, o destaque do projeto dentro da secretaria, que se desenhou logo com a chegada do grupo à Prefeitura e sua comunicação, já no primeiro ano.

Após hiato de alguns meses, no DOM de 29/11/90, sob a presidência do vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, é destacada em sua fala inicial uma série de ações realizadas pela prefeitura e pela SME. Abre seu discurso salientando que, em 01/12, seria comemorado o “Dia Mundial de Combate à AIDS” e tratou dos números alarmantes da epidemia. Em seguida, Suplicy discorre sobre a importância da prevenção como o melhor

²⁰ Eduardo Matarazzo Suplicy, mais conhecido como Eduardo Suplicy, é um economista, professor universitário e administrador de empresas. Também esteve presente na fundação do Partido dos Trabalhadores. Atualmente é deputado estadual de São Paulo, o mais votado nessas eleições. Exerceu diversos mandatos, vereador, deputado estadual e federal, inclusive o de Senador por São Paulo durante 24 anos. Nascido no seio de uma família abastada e tradicional da cidade de São Paulo, acabou por aproximar-se da esquerda e tem como grande projeto o Programa Renda Mínima, o qual defende com afinco. Foi casado com a atual candidata à vice-prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy, por mais de trinta anos.

caminho para seu enfrentamento e, nesse momento, destaca o papel da SME e o POS, que descreve como “curso de orientação sexual para adolescentes da 7ª e 8ª séries”, nomeando-o por “excepcional experiência da Secretaria Municipal de Educação, dirigida pelo professor Paulo Freire”.

Essa sessão da Câmara de Vereadores foi marcada por discussões em decorrência da situação econômica da Prefeitura, que havia rompido parceria com creches conveniadas. É de se imaginar que as discussões tomaram vulto e acabaram por eclipsar o debate sobre o POS. Naquele mesmo dia, destaca-se nos autos a presença de movimentos sociais, em número expressivo, levantada pelas(os) vereadoras(es) (DOM, 19 dezembro 1990).

Nessa mesma sessão, o vereador Gabriel Ortega, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) conclama os(as) demais vereadoras(es) a “arrancar da Sra. Prefeita esse subsídio, porque a inflação que corrói os salários corroe de forma terrível a participação da Prefeitura nas entidades conveniadas – em mais de 60%”. O tom ameaçador do vereador não foi fato isolado, tendo em vista que em diversas falas a crise econômica e recessão enfrentadas no período do governo Collor eram destacadas.

Paralelamente à construção desse novo currículo, a SME já sob administração de Mário Sérgio Cortella, seguindo os ritos legais, encaminhou por meio de ofício ao Conselho Estadual da Educação (CEE) pedido de alteração do Regimento Comum das Escolas, em novembro de 1991.

Como profissional, Cortella inicia a carreira docente ministrando aulas da disciplina Ética Social em curso de Ciências Sociais na Faculdade Anchieta. Posteriormente, cursa o Programa de Filosofia da Educação. Torna-se professor-assistente de Metodologia Científica do Ciclo Básico da Medianeira e professor no Departamento de Teologia da PUC-SP para ministrar a disciplina “Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo” no Ciclo Básico (1979).

Naquele momento passa a fazer assessoria e consultoria nas áreas de Educação e Saúde. Sua carreira passa a se envolver com a política universitária e tecnoburocrática. É contratado para prestar assessoria como Especialista em Educação, no Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor-MEC), fazendo parte de uma equipe que atuava nacionalmente junto a Secretarias de Estado da Educação e Escolas Técnicas Federais, de modo a coordenar a “Cartilha Raízes para Alfabetização na Área Rural no Rio Grande do Norte”. Na PUC-SP, passa a ser representante docente

no Conselho de Ensino e Pesquisa (1982/1983) e é eleito membro eleito da Comissão Constituinte para elaboração dos novos Estatutos da instituição.

Torna-se diretor Associação de Professores da PUC-SP (1983/1984). Nesta instituição, conclui o seu trabalho de Mestrado sob orientação de Moacir Gadotti. Logo depois, assume o cargo de assessor especial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME). No mesmo ano, passa a chefe de gabinete (secretário-adjunto) e substituto eventual do secretário Paulo Freire, na gestão de Luiza Erundina (1989). No ano de 1991, é indicado pelo próprio Paulo Freire como seu sucessor no cargo de secretário Municipal de Educação. Terminou o seu mandato em 1992.²¹

Como se pode ver, o momento de transposição de cargos naquele momento político, na área da Educação, estava muito concentrado no eixo USP e PUC-SP, de modo que a presença de Paulo Freire como intelectual e professor universitário também pesou nas conexões políticas, entre estar junto aos colegas de trabalho, como Moacir Gadotti e ex-alunas(o)s, orientandas(os), como o caso de Mario Sergio Cortella.

A saída de Paulo Freire à frente da secretaria foi envolta em muitas especulações. Uma delas foi fruto dos dilemas e ambiguidades de um partido constituído por uma militância seccionada. Ao seu modo, Freire, apesar de filiado ao partido desde sua fundação, não pertencia a qualquer corrente ou tendência, nem mesmo respondia às pressões mais diretas da militância e sua relação com o partido acabou desgastada, optando por sair no final de 1991, antes do término do mandato de Erundina (Couto, 1995).

Voltando aos pareceres da CEE analisados, o Parecer de nº 1911/91 é o mais longo e detalhado documento. Inicialmente, o texto lamenta a exiguidade do tempo para a apreciação do documento, tendo em vista que ele alterava substancialmente o Regimento Comum das Escolas. A proposta foi encaminhada com o parecer aprovado, em caráter provisório, dia 18/12/91.

Na apreciação, o conselho reconhece “o significado desse documento na história da escola pública municipal de São Paulo e também o que ele representa como perspectiva de renovação do ensino público geral”. Ainda reafirma que as sugestões visavam ao seu “aperfeiçoamento” e a negativa de causar “constrangimentos”. De qualquer forma, ao longo do documento, os comentários e sugestões indicavam o receio quanto a alguns

²¹ Informações colhidas no site do professor. Disponível em <https://www.ms cortella.com.br/mario-sergio-cortella-vida-e-obra> Acessado em 04/10/2023.

aspectos do regimento, principalmente no que dizia respeito à gestão democrática e autonomia, sendo o currículo escolar foco das últimas considerações.

As maiores críticas ao novo regimento couberam à expressão “educação pública e popular”. Na declaração de voto do conselheiro João Cardoso Palma Filho, aparece a sugestão pela troca de popular por “ensino público”, que para ele “já inclui o popular. A ênfase no popular é desnecessária e soa discriminatória” (Filho, 1991). Lembremos que as palavras têm força e revelam além de intenções, formas de ser e fazer política. Educação pública e popular não correspondem a uma redundância, mas a uma vontade explicitada desde o início pela equipe da SME.

Ainda em sua declaração de voto, o conselheiro problematiza o termo “autonomia escolar”, descrito por ele como “expressão vazia”. A composição dos conselhos de escola, por porcentagens paritárias entre famílias, alunas(os) e equipe técnica e auxiliar, foi taxado de “ousadia que podia se transformar em temeridade”. As sugestões de alteração do texto, não visavam apenas às “adequações legais”, mas poderiam revelar visões de educação e de política diversa das preconizadas pela prefeitura e pela SME. Os encaminhamentos dados incluíam expressões como “prudência”, “educar o magistério”, “educar as famílias” para o exercício dessa participação, concluindo que, para a efetividade bem-sucedida do programa, as responsabilidades fossem aumentando gradativamente.

Boa parte das críticas ao Regimento não se dirigiam diretamente à concepção de educação ali contida, mas uma oposição à ideia de inclusão das camadas populares, através da maior participação das famílias, estudantes e as(os) professoras(es), à construção de um novo currículo. O que havia de críticas era o sentido de paridade com as(os) intelectuais, como o próprio Paulo Freire e equipe gestora no cotidiano das escolas. Essas críticas eram revestidas de argumentos como “prudência e gradação” como podemos observar a partir dos entendimentos pelo excerto abaixo:

Detalhe essencial para a compreensão da importância do parecer escrito por José Mário Pires Azanha e João Cardoso Palma Filho, deve-se ao fato de que além de membros do Conselho Estadual de Educação eram professores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), respectivamente. Ambos foram intelectuais notáveis de universidades reconhecidas no cenário brasileiro, além disso, não se tratava de críticas de opositores do ponto de vista político. Ao que o parecer demonstrou, se é possível utilizar o termo oposição conceitual em relação à proposta do Regimento Comum. Travava-se um confronto conceitual que se desenvolvia entre uma visão de educação das classes populares e uma visão que se

evidência pautada nos conceitos intelectualmente dados pelas instituições de referência USP e UNESP (Souza, 2018 p. 137-138).

É possível constatar que, além de haver uma discussão política ampla, envolvendo embates dentro dos ritos da casa de representantes – Câmara dos Vereadores –, pois dentre os membros existiam opositores da proposta, havia os problemas de ordem estrutural, formal e da própria organização racionalizada das escolas. Vemos ainda uma discussão conceitual da parte do CEE somada ao que significa apresentar a organização curricular de uma gestão, pensada como zona de tensões.

Especialmente sobre currículo, o parecer destaca a “arrojada” proposta que incluía uma grade curricular mais flexível e a incorporação de “novos temas”. São apontados como avanços a substituição da seriação por ciclos e a preocupação com o sistema avaliativo. Nada no texto refere-se diretamente ao POS ou qualquer mudança na organização curricular e suas áreas de conhecimento, mas a repetição de expressões como “questões doutrinárias”, “aspectos controversos” “iniciativas ousadas sejam cercadas de cautelas”, na declaração de voto de Azanha sugerem que o Conselho estava a par de que novos temas incluídos no currículo poderiam impactar em mudanças de paradigmas e gerar embates com setores conservadores da sociedade.

No parecer nº 934/92 do CEE, que antecedeu o último e foi aprovado em 05/08/92, as preocupações com as “iniciativas ousadas” são novamente retomadas. Nesse documento, bem mais enxuto, destaca-se o tempo maior à apreciação do regimento e são reforçadas as sugestões do parecer anterior. Ao final, o texto escreve:

Quanto às recomendações, elas não devem se apresentar como simples sugestões que poderão ser ou não aceitas, mas antes como indicação de providências a serem tomadas em prazos estabelecidos. É nesta indicação que o CEE assumirá plenamente as suas responsabilidades de órgão normativo da educação no Estado de São Paulo. A preocupação na indicação de providências é a de garantir que algumas iniciativas mais ousadas sejam cercadas de cautelas e objeto de acompanhamento contínuo para que se assegure que motivações, inteiramente defensáveis de um ponto de vista mais geral, não se transforme, na prática, num eventual tumulto na vida das escolas do município de São Paulo (Parecer CEE n.º 934/92).

A forma com que o POS foi inserido na reforma curricular, de maneira transversal – adotado como projeto aplicado paulatinamente pela SME – e a leitura dos pareceres e atas dos debates na Câmara dos Vereadores sugerem que o tema, àquele momento, não era visto como a ideia de um grande inimigo a ser combatido. Apesar disso, todas as

sugestões em torno de um novo currículo, que abarcassem temas considerados “ousados” ou “sensíveis” deveriam ser objeto de cautela e cercados de acompanhamento e avaliação constantes.

Naquilo que não está dito, observa-se que tratar de sexo e sexualidade exige-se inúmeros cuidados, mas reside ainda a falta de preocupação com uma dimensão que extrapola a educação escolar, pois não se tratava de pensar o corpo apenas dentro da escola.

O Regimento foi aprovado em sessão ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (EDUC) em 01/06/1992 e posterior publicação do Decreto Nº 32.892, de 23/12/1992 pela prefeita Luiza Erundina.

Por fim, o documento apresentava os pilares das mudanças pelas quais a educação na cidade deveria passar e defendidas como fundamentais para sua melhoria. Nele encontram-se os pilares do que se pretendia implementar: a ideia de uma nova gestão da escola, concepção de currículo integrada ao plano escolar, os ciclos de aprendizagem e a avaliação, apresentado também o novo quadro curricular.

Sobre a gestão retomo aspecto já apontado: a necessidade de as decisões serem tomadas pelo maior número de pessoas, conferindo ao Conselho de Escola de forma paritária o papel central na organização escolar.

O currículo, por sua vez, aparece como elemento fundamental e articulador do projeto pedagógico, aliado à organização em ciclos e à sistemática das avaliações. O novo currículo aparece como possibilidade de superação de práticas tecnicistas ou vistas como um manual acabado e imutável. Ao contrário, ele deveria refletir a ideia de um currículo em processo, construído a muitas mãos, incluindo outros saberes e que também refletisse demandas e problemas do seu tempo. Os ciclos foram apresentados como mecanismo de possível ruptura com a seriação e a exclusão social, mas que deveriam ser acompanhados de rigorosos registros, planos de aula e mudança do enfoque avaliativo. O ensino fundamental, por exemplo, ficaria organizado da seguinte maneira: Ciclo Inicial (I): antigas 1ª, 2ª e 3ª séries, Ciclo Intermediário (II): antigas 4ª, 5ª e 6ª séries e por fim Ciclo Final (III): antigas 7ª e 8ª séries, constantes no documento, página 8.

O Regimento encerra-se com uma proposta de Quadro e Grade Curriculares e as concepções de área. Não se observa a inclusão do POS ou de outros projetos de maneira aprofundada. O que se vê foi um indicativo de sua realização, ressaltando seu caráter interdisciplinar.

Corroborando com as discussões levantadas neste capítulo, o Regimento Curricular das Escolas, que incluiria uma ampla reforma curricular pautada numa perspectiva que privilegiasse o debate constante do fazer pedagógico, provocou alguns estranhamentos e resistências. Em alguma medida, essas resistências vieram da dificuldade de se compreender um projeto político-pedagógico introdutor de mudanças significativas na organização curricular, atreladas aos ciclos de aprendizagem, avaliação e gestão escolar.

Não houve qualquer indicação entre os documentos que apontasse para a existência de enfrentamentos diretos ao Projeto de Orientação Sexual. A concepção do POS foi pensada pela equipe do GTPOS, porém sua execução contou com a participação efetiva das escolas inscritas. Os problemas apontados, registrados no Caderno do projeto, serão abordados pelo Capítulo 3.

CAPÍTULO 3

O Programa de Orientação Sexual e o Caderno de Orientação Sexual como registro do POS (Projeto de Orientação Sexual)

Este Capítulo dedica-se à discussão do projeto e sua materialidade: o Caderno de Orientação Sexual como registro do percurso e indicativo das ações da equipe envolvida em sua feitura. Destacamos aqui os debates acerca da escolha do termo orientação sexual, as escolas selecionadas e suas motivações, bem como a organização e intencionalidades do guia/caderno.

3.1 O início do Projeto: perspectivas

A escolha pela utilização do termo “Orientação Sexual” anunciava uma escolha conceitual e política, esclarecida parcialmente no Caderno e de forma mais explícita num Guia de Orientação Sexual lançado em 1994²². A ideia defendida era de que a educação sexual incluiria todo um processo informal pelo qual se aprende sobre sexualidade ao longo da vida; já o conceito orientação carrega uma intencionalidade de ações planejadas pelas(os) profissionais envolvidas(os).

O Programa encaixava-se nesse contexto de amplificação sobre a temática de gênero e sexualidade e uniria educadoras(es) e psicólogas(os) que fizeram parte do amplo programa de reforma curricular, que desejava, a seu tempo, impactar a vida de milhares de alunas(os) a viverem com maior liberdade e proteção sua sexualidade.

A implementação do POS nas escolas ocorreu a partir do interesse das unidades e da possibilidade de acomodação, que deveria possibilitar encontros entre as(os) participantes. Ao todo foram selecionadas 92 escolas e 204 professoras(es) que, inclusive, preencheram questionário proposto pelo SME.

²² O Guia de Orientação Sexual: Diretrizes e Metodologia foi publicado pela Casa do Psicólogo em 1994, dois anos após a experiência do POS na prefeitura de São Paulo. Ele foi o resultado da parceria entre as ONGS ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), a ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana) e o GTPOS. O prefácio do Guia conta com texto de Paulo Freire e do sociólogo Betinho. O material conta com justificativas para o trabalho com sexualidade na perspectiva de sua orientação nas escolas e diversos temas e possíveis abordagens.

Mas afinal, qual era a perspectiva de sexo e sexualidade que permeava o projeto e de que forma seriam desenvolvidas?

A visão de educação sexual contida no POS, em primeiro lugar, estava amparada em concepções sobre sexo e sexualidade que rompessem com a hegemonia dos discursos de controle dos corpos e dos afetos, que associavam a experiência sexual, via de regra, ao pecado, ao erro e as proibições.

A metáfora da capa do Caderno POS que apresentava uma maçã mordida e a referência à expulsão de Adão e Eva do Paraíso também abririam caminho para problematizar as construções e imposições sobre mulheres, homens e sexualidade àquele tempo. O projeto estava amparado por uma equipe de psicólogas(os) e sexólogas(os) que trabalhavam com comportamento sexual e que ampliaram seu campo de atuação para a educação escolar.

Esse foi o caso da própria Marta Suplicy, que antes mesmo de juntar-se as(ao) colegas no GTPOS, durante os anos de participação no programa na TV Mulher, lançou seu primeiro livro “Conversando sobre sexo”, pela editora Vozes, em 1983, e, em 1984, “Condição da Mulher - Amor, Paixão e Sexualidade, pela Editora Brasiliense.

A própria autora considerava que seu papel de sexóloga era para ser entendido como uma “educadora sexual” (Bueno, 2014) e enumerou o que seriam os princípios centrais deste trabalho:

Marta Suplicy enumera quatro princípios éticos para uma educação sexual adequada: 1- O respeito por si próprio e pela sua dignidade como pessoa; 2- O respeito ao outro. A ninguém é permitido ver o outro somente como meio para satisfazer suas necessidades; 3- O acesso à informação. Responder o que a criança perguntar de forma honesta e sem preconceito; 4; Ajudar a criança a desenvolver seu espírito crítico (Bueno, 2014, p. 4).

Por meio desses “princípios éticos”, assim denominados pela sexóloga, é possível observar uma relação importante vista como objetivo do POS,

O Projeto de Orientação Sexual visa à discussão sobre a sexualidade, os preconceitos, os tabus, as emoções e as questões sócio-político-culturais que permeiam o tema, proporcionando aos educandos de nossas escolas a oportunidade de refletir sobre seus próprios valores e os dos outros, bem como uma vivência da sexualidade com maiores possibilidades de segurança, de prazer, de amor e de exercício da liberdade com responsabilidade. Esse trabalho, nas escolas, não visa estabelecer o que é certo ou errado, muito menos normas de conduta. Essa é uma função dos pais (Caderno POS, 1992, p. 5)

A ideia era abordar sexo e sexualidade como uma experiência humana que não deveria se restringir às dimensões da saúde e da reprodução, mas como possibilidade de tratar do prazer, dos afetos, do autoconhecimento, da liberdade e autonomia. O trabalho escolar estimulava a conversa aberta entre as pessoas e deixava as condições morais e as condutas por conta dos familiares.

A metodologia ancorava-se em uma proposta “aberta, democrática, crítica e dialógica. O professor é o coordenador e o articulador das discussões de temas “escolhidos pelos alunos, decorrentes das suas necessidades” (Caderno POS, 1992).

O ponto de partida do projeto foi um curso inicial de 16 horas, cujo maior objetivo era propor reflexões sobre a postura das(os) educadoras(es) em relação ao tema orientação sexual, levantamento dos conhecimentos dessas(es) participantes e possíveis dificuldades, acesso à estudos e autoras(es), bem como preparar as(os) professoras(es) para desempenharem o papel de orientadoras(es) em suas respectivas escolas.

Ao longo do programa, com calendário definido, a partir de agosto de 1989, o grupo participou de uma série de seminários e encontros de educadoras(es) em Orientação Sexual, de acordo com descrição que consta no Caderno POS.

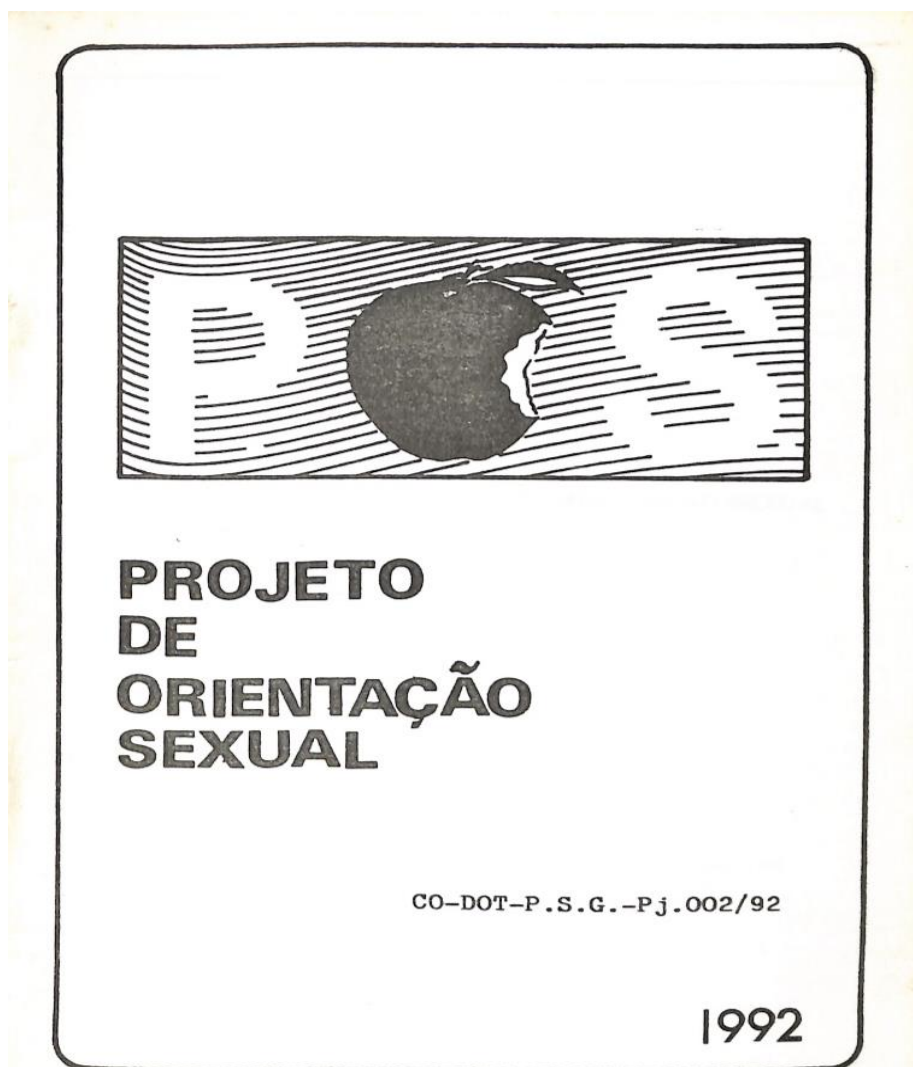
A formação das(os) agentes do projeto contava, também, com numerosas palestras de especialistas e discussões que faziam parte do escopo do tema sobre sexo e sexualidade à luz do período, e que se constituíam, também como referências teóricas do projeto.

3.2 O Caderno POS como registro do projeto

Lançado em novembro de 1992, o Caderno do Projeto de Orientação Sexual tinha como objetivo divulgar o POS para a comunidade educativa. A escolha da maçã mordida, aludindo ao pecado original, aponta para uma provocação à ideia de prazer como algo proibido ou negativo. De certa forma, uma intencionalidade de romper com visões conservadoras sobre sexo e sexualidade já estão anunciadas na própria capa, ainda que de maneira visualmente bem simples.

No caderno constam os objetivos, atividades, o processo de implementação, avaliação, depoimentos das(os) participantes, como professoras(es) e alunas(os), bibliografia e anexos que incluíam atas das reuniões de formação das equipes e as etapas do projeto.

Figura 6. Caderno de Orientação Sexual



Fonte: Coletivo Paulo Freire - SME Disponível em: <https://www.coletivopaulofreire.org/SME/sme-1989-1992>

O material está organizado através dos seguintes capítulos:

- I - Apresentação
- II- Proposta de Trabalho de Orientação Sexual para Adolescentes
 - 1. Metodologia
 - 2. Papel do Educador
 - 3. Atividades Previstas para o Desenvolvimento do Projeto:
 - 3.1- Curso Inicial
 - 3.2- Supervisão Semanal
 - 3.3 - Trabalho na Escola:
 - com Pais

- com Alunos
- 3.4- Aprofundamento Teórico
- 3.5- Avaliação
- III- Implantação do Projeto de Orientação Sexual na Rede Municipal de São Paulo
- 1. Etapa Centralizada
- 1.1. Divulgação
- 1.2. Envolvimento das Equipes Pedagógicas
- 1.3. Avaliação
- 2. Etapa Descentralizada
- 2.1. Ampliação do Projeto
- IV- Considerações Finais
- V - Relatos e Depoimentos
- VI - Anexos
- VII – Bibliografia (POS, 1992)

Logo no capítulo de apresentação do caderno, faz-se um breve histórico dos motivos que levaram o tema a ser incluído no currículo escolar e os objetivos do programa, destacando sua pertinência e diálogo em relação ao Movimento de Reorientação Curricular.

De acordo com o texto, a equipe que assumia a Prefeitura e as mudanças empreendidas na organização da SME, abriam a possibilidade de novas formas de se pensar e fazer o currículo escolar, bem como as relações estabelecidas entre gestoras(es) e educadoras(es), de forma a fazer valer a autonomia das escolas e a inclusão de projetos nesse novo currículo. Ainda nesse breve histórico destacava-se que,

O Programa de Formação Permanente dos Educadores tem atuação centrada na Ação/Reflexão/Ação. Isso significa garantir aos educadores a discussão de sua própria prática, aprofundando e avançando em seus fundamentos, reconstruindo-a na perspectiva de uma educação transformadora. É nesse contexto que aparece o Projeto de Orientação Sexual. (Caderno POS, 1994, p. 5)

Nessa apresentação inicial, ficam registradas a proposta do projeto, sua metodologia, a agência das(os) educadoras(es) participantes, as atividades realizadas em cada etapa de formação e ação nas escolas.

O ponto de partida do Projeto, descrito no caderno, foi um curso inicial de 16 horas, dividido em 2 dias, cujo objetivo maior seria preparar as(os) orientadoras(es) sexuais para o programa descrito no Anexo I do Caderno (ANEXO A).

No primeiro dia, a programação foi dividida entre manhã e tarde e focou nas informações e esclarecimentos sobre o Projeto. Havia ainda uma série de dinâmicas e debates para os primeiros esclarecimentos acerca do projeto. Outro destaque desse primeiro

dia foi a apresentação da diferença entre educação e orientação sexual, bem como um levantamento de temas que as(os) participantes gostariam de levar ou abordar em suas respectivas escolas (Caderno POS, 1992, p. 29)

No segundo dia, as vivências da manhã destacavam atividades com desenhos, atividades com massas de modelar, até o uso de uma boneca, a “boneca Gertrudes”, para fomentar discussões sobre o corpo masculino e feminino, incluindo os aparelhos genitais. Ainda foram utilizadas dinâmicas formalizando os debates sobre temas “tabus” e que deveriam ser defendidos ou refutados, como masturbação e a homossexualidade.

O dia ainda contou com trocas de experiências e discussão sobre o livro “Sexo para Adolescentes”²³ considerado difícil pelas(os) participantes, de acordo com o próprio documento (Caderno POS, 1992, p. 30) e encerrou-se com uma avaliação da formação e levantamento das expectativas do grupo.

O documento destaca em sua introdução e justificativa, a importância das discussões coletivas, dos objetivos do projeto, dos conhecimentos envolvidos, angústias e problemas que porventura surgissem nas escolas. Indicava o seu caráter formador e disparador do tema para que houvesse uma discussão coletiva na unidade escolar:

Esse curso não tem a pretensão de, isoladamente, preparar o professor para desempenhar o papel de orientador, mas de subsidiá-lo para que em sua Unidade Escolar, possa iniciar, junto com a equipe, um trabalho educativo que processe a mudança da ideia de sexo feio, sujo e pornográfico para a sexualidade sadia e prazerosa” (Caderno POS, p. 7)

O trecho aponta para uma intencionalidade importante: a dimensão da sexualidade vivida como positiva. Aqui os debates sobre assimetrias de gênero estavam sendo apontados nos temas e autoras(es) convidadas(os). Entre eles destacavam-se “Masculino e feminino”, ministrada por Maria Rita Kehl; “Papéis de Gênero: aspectos sociológicos e antropológicos”, por Carmen Lucia de Melo Barroso; “Tabus e Preconceitos” por Sueli Rolnik; “Papéis de Gênero”, por Maria Rute Gonçalves Pereira, ministrado pela própria

²³ Publicado em 1988, o livro “Sexo na Adolescência”, de Marta Suplicy foi amplamente divulgado nas escolas. A obra buscou retratar com “liberdade e naturalidade” assuntos que geralmente eram envoltos em clima de vergonha e malícia, como descrito na contracapa. Ainda traz discussões sobre questões biológicas, psicológicas e sociais relativas à reprodução. O livro conta ainda com atividades no final de cada lição para trabalhar as ideias principais envolvendo debates pesquisas teatralização e com um “Livro do Professor” com orientações para educadores abordarem a importância da educação sexual com sugestões de dinâmicas de grupo e de trabalho junto aos pais. A utilização do livro para a formação da equipe de educadoras(es) aponta para a importância de Marta Suplicy em todas as etapas do projeto.

coordenadora do projeto, e “Desenvolvimento da Sexualidade”, Marta Suplicy (Caderno POS, 1992, pp. 30-32).

Isso vai ao encontro do que é apresentado na introdução, de que o POS não nasceu com uma discussão de gênero na amplitude em que podemos reconhecer atualmente e a seu tempo, e a bordou discussões sobre corpo e sexualidade sob a dimensão da psicologia e sexologia, sociologia e antropologia. Em que pese trazer ao debate eventuais restrições e preconceitos que cercam os papéis sobre o masculino e feminino, não incluía outras expressões de identidade e orientação sexual.

Além do referencial teórico, várias atividades foram desenvolvidas ao longo do projeto, como psicodramas, que eram ministrados logo após algumas das palestras de formação; técnicas de sensibilização e trabalho com o corpo para municiar as(os) educadoras(es) e fortalecê-las(os) diante de possíveis embates junto às(aos) alunas(os) e comunidade escolar (Caderno POS, 1992, p. 7).

As(os) professoras(es) inscritas(os) para trabalhar no projeto, estes teriam uma supervisão direta semanal com profissionais que já haviam passado por uma formação mais aprofundada (os dados sobre essas(es) profissionais não foram identificados). Assim como nenhum dos documentos permitiu levantar a possibilidade de conflitos dentro da SME em relação ao POS, as dificuldades em relação ao Projeto só foram pontuadas no Caderno considerando problemas na divulgação, via Diário Oficial, sobre os espaços das escolas, algumas vezes inadequados e pelo seu caráter “individual”, uma vez que para participar havia, como ponto de partida, a vontade das(os) professoras(es).

Acerca desses apontamentos realizados posteriormente, em poucos meses de gestão, o projeto foi encaminhado para ser aplicado nas escolas selecionadas, sendo estas as que se voluntariaram para participar do programa. Considerou-se o interesse das escolas e o espaço físico que possibilitasse a organização de reuniões desses coletivos: formadoras(es), professoras(es), alunas(os), famílias, bem como os encontros de formação.

O Projeto prevê que o professor inscrito faça a divulgação da proposta esclarecimentos sobre ela e discuta junto à equipe escolar, pais e comunidade a forma como cada um desses segmentos, segundo sua especificidade, estará envolvido. A escola levanta critérios para priorizar qual série, faixa etária ou grupo de alunos que serão atendidos. A partir do estabelecimento da prioridade de atendimento é feita, junto aos alunos, a divulgação do Projeto e as condições para inscrição. O aluno interessado em participar deve apresentar autorização dos pais ou responsáveis (quando menor de idade) e disponibilidade para frequentar um encontro semanal (de 45 minutos) realizado fora do horário regular de aulas. Inicialmente, os pais são convidados para uma reunião

(Caderno POS, p. 8).

Este excerto revela que havia uma organização prévia e articulação entre professoras(es) inscritos e demais equipe escolar, bem como uma certa preocupação ao trazer o tema para dentro da escola. A exigência de autorização das famílias e a ideia de participação por interesse por segmentos e faixas etárias tidas como mais adequadas são alguns desses indicadores. Em relação aos pais, o caderno mostra:

Com os pais,
Nesse momento serão ouvidos sobre sua posição em relação ao trabalho de Orientação Sexual e esclarecidas suas dúvidas sobre o Projeto a ser desenvolvido na escola, incentivando-os à co-responsabilidade no processo educativo (Caderno POS, p. 8).

O projeto era apresentado às famílias das unidades inscritas previamente e eram convidadas a participar das discussões semanais que ocorriam nessas escolas. Aqui cabe ressaltar que o chamamento à participação das famílias e comunidade escolar, estava entrelaçado à ideia de gestão democrática anunciada pela SME e pelo próprio Movimento de Reorientação Curricular, além de visto na formação paritária dos Conselhos de Escola.

O caderno ainda traz um detalhado cronograma de atividades, encontros, oficinas, avaliação do projeto e anexos. O número de escolas participantes e as mudanças de rota empreendidas, encontram-se em tabelas acompanhadas do que seriam indicativos dos problemas em relação ao projeto. Das 92 escolas e 204 professoras(es) inscritos inicialmente e que participaram entre os anos de 1989 e 1990, o POS passou por uma ampliação da ação nas unidades escolares, que subiu para 112, mas uma diminuição das(os) professoras(es) envolvidas(os), que decresce para 179.

De acordo com o registro, isso seria fruto de inúmeras questões, na maioria das vezes de decisões que ocorreriam na etapa centralizada do projeto. Na etapa descentralizada, em que o planejamento se dava nas unidades escolares, teria ocorrido uma “mudança de rota” e ampliação do Projeto.

Os itens levantados como problemáticos para a implementação do projeto, apresentados no documento, foram listados e percorriam desde a distância entre as escolas e a casa das(os) professoras(es) envolvidas(os) quanto dificuldades em participar das supervisões semanais.

Tabela 7. Etapa descentralizada

	1ª Etapa Centralizada	2ª Etapa Descentralizada	
Período	1989/1990	Dez. 1991	Jun. 1992
Escolas	112	203	212
Professoras(es)	179	628	530
Alunas(os)	5.517	12.000	14.333

Fonte: Coletivo Paulo Freire – SME. Disponível em:<https://www.coletivopaulofreire.org/SME/sme-1989-1992>

Para além dessas dificuldades de locomoção e tempo, o documento ainda apontava para algo que se identifica facilmente e possibilita leituras diversas, na maior parte delas, subjetiva e aparecem descritas a seguir:

por terem buscado o P.O.S. com a expectativa de encontrarem soluções para seus problemas pessoais, o que não correspondia à nossa proposta; e outros, ainda, pela dificuldade em refletir e discutir temas polêmicos e, conseqüentemente, de rever sua própria sexualidade (Caderno POS, 1992, p.10).

Naquilo que não aparece de forma explicitada, aventa-se a possibilidade de que alguns debates teriam provocado incômodos de ordem pessoal ou sexual e essas(es) professoras(es) acabaram se retirando do projeto. De certa forma, os temas acabaram envolvendo as(os) docentes na busca de entendimentos do que eles próprios estariam experimentando²⁴.

Os aspectos positivos também aparecem ressaltados, como podemos ver abaixo, a partir de uma autoavaliação do grupo propositor:

- o intensivo trabalho de preparação dos professores que ocorreu, principalmente, através das supervisões semanais e ciclos de palestras. Para cada hora/aula com os educandos, eles tiveram duas horas/aula de supervisão com a equipe do GTPOS. Tais atividades vinham ao encontro do princípio da SME de Formação Permanente

²⁴ C.f. Tabela 6 e Figura 7. Podemos observar que o número de professoras(es) envolvidas(os) registra uma queda, o que não ocorre entre as escolas. Esses dados podem indicar que essas(es) profissionais foram remanejados ou acabaram por trabalhar com um número maior de alunas(os).

dos educadores que inclui aprofundamento teórico e troca de experiências, visando à construção e reconstrução coletiva da prática, ao crescimento individual e do grupo e à consolidação dessas ações.

- a criação, na escola, de um espaço que ofereceu ao adolescente a oportunidade de: discutir e refletir sobre emoções e valores; estabelecer idéias próprias sobre a vida sexual; conhecer e aprender a respeitar seu próprio corpo; valorizar seus sentimentos e o das outras pessoas; e obter informações, o que poderá acarretar uma vivência sexual na adolescência e na vida adulta com maiores possibilidades de prazer, de amor e de liberdade com responsabilidade.

- a aceitação do Projeto em nível de escola. Foi extremamente gratificante a inscrição de 1/3 das escolas da Rede, e o trabalho realizado por 179 professores que o desenvolveram com seriedade.

- o trabalho conjunto, realizado pelas equipes DOT -GTPOS, possibilitou trocas significativas em relação às experiências que cada uma rede pública, com seus avanços e dificuldades, de um lado (DOT); e a formação específica diversificada de outro (GTPOS - equipe de psicólogos, psicodramatistas e pedagogos) -que trouxe o crescimento das equipes e possibilitou a viabilização do Projeto na Rede.

- o empenho da SME e de setores administrativos em atender aos pedidos de remuneração dos professores em todas as atividades do Projeto que foram realizadas fora do horário regular; de envio de um acervo básico de literatura específica com 17 títulos para todas as escolas que possuíam Sala de Leitura (na ocasião, 318); envio de três jogos completos do material pedagógico sobre o Aparelho Reprodutor Masculino e Feminino (chamado "Boneca Gertrudes") para cada Escola Municipal de 1º e 2º Graus (Caderno POS, 1992, p. 12)

Como visto, os aspectos positivos foram registrados destacando tanto a importância dada ao Projeto quanto às ações tidas como rápidas e acertadas da SME. O Projeto é descrito como um grande acontecimento nas escolas, considerando os dados de participação de alunas(os) e professoras(es) e dada a abrangência das escolas. Mostra que houve a criação de espaços de diálogo no ambiente escolar e houve a distribuição de materiais específicos para o curso, além do apoio de profissionais especializados para o acompanhamento das discussões etc.

No capítulo IV do Caderno, em que são apresentadas as considerações finais, consta um quadro com o efetivo que participou do projeto.

Figura 7. Quadro Geral do Projeto de Orientação Sexual de 1989 a 1992

	1989-1990	1991	1992
Projeto de atendimento ao Adolescente:			
Nº de Escolas	112	203	212
Nº de Professores	172	628	530
Nº de Alunos:			
* Regular Diurno	5517	12000	12511
* Regular Noturno	-	-	1397
* Suplência I	-	-	335
* Suplência II	-	-	190
Projeto de atendimento ao Ciclo Inicial:			
Nº de Escolas	-	-	73
Nº de Professores	-	-	80
Nº de Coord. Pedag.	-	-	31

Fonte: Coletivo Paulo Freire – SME. Disponível em: <https://www.coletivopaulofreire.org/SME/sme-1989-1992>

Ainda nesse momento de apontamentos finais, destacou-se que o Projeto expandiu-se de forma gradativa e que a opção por esse percurso possibilitaria o “seu acompanhamento sistemático, no sentido da superação das eventuais dificuldades, bem como das definições de encaminhamentos necessários, permitindo uma estrutura que viabilizasse e garantisse o funcionamento e a qualidade do Projeto” (Caderno POS, 1992, p. 15) e que as(os) professoras(es) participantes do POS apresentariam “maior integração em outros projetos desencadeados pela SME ou pelas próprias Unidades Escolares” (Caderno POS, 1992, p.15).

Ao final do documento, em anexo, encontra-se a bibliografia de referência e uma variedade de depoimentos de estudantes, professoras(es) e formadoras(es) e famílias envolvidas. O que se observou foram relatos extremamente positivos que destacavam mudanças que foram despertadas pelas discussões via projeto.

3.3 Depoimentos: relatos e histórias do projeto

Há um grande destaque no caderno para depoimentos das(os) participantes das comunidades escolares envolvidas. Eles aparecem espalhados pelos capítulos IV e V e trazem relatos das(e) alunas(os), professoras(es) e famílias durante as várias etapas do projeto.

A ideia de dar visibilidade para essas experiências e registrá-las no caderno está, de alguma forma, relacionada à importância do registro como parte do aprimoramento da ação pedagógica, defendido ao longo do próprio Regimento das Escolas do Município de São Paulo, aparecendo, também em destaque nos Cadernos “Regimento em Ação”, como se vê abaixo:

O registro historiciza os momentos e movimentos de um grupo, possibilitando a construção da memória individual e/ou coletiva dos seus integrantes, e mostra a visão que o grupo tem frente ao que se está discutindo/teorizando/vivenciando. Ele possibilita uma observação mais sistematizada, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento, uma vez que contém informações sobre as tendências manifestas nas diferentes práticas, as grandes e pequenas contradições, seus pontos críticos (os de sempre e os novos), os eixos político-pedagógicos em ação, a maior ou menor proximidade com os princípios, objetivos e metas estabelecidos e discutidos pelo grupo de educadores, pais e alunos (Caderno 3 – Regimento em Ação, 1992, p. 37).

Assim, faz sentido que os relatos permeiem o caderno POS e cumpram a função de positivar o Projeto dentro das escolas.

Entre as(os) educadoras(es) a mudança pessoal e profissional e abertura para tratar de temas tabus, inclusive em suas vidas acabaram se destacando, como aparecem nos depoimentos que se seguem:

Quando resolvi me inscrever no P.O.S. não esperava que fosse me surpreender tanto com minhas descobertas.

Nessa caminhada pude lançar meu olhar para além de minhas barreiras e preconceitos. Foi fascinante refletir sobre minha prática como educador e perceber o quanto posso ser capaz de me tornar alguém 'perguntável'; aberto para o grupo com o qual trabalho e convivo; foi bom deixar de vê-los como seres sem sexualidade, sem dúvidas e que a todo momento me dão sinais de seus interesses, vontades e sensações'. Maria Elizabeth Ferreira -professora de EMEI -Equipe do NAE-10 (Caderno POS, 1992, p. 18)

O projeto de Orientação Sexual, proposto para as EMEIS seduziu-me pelo pioneirismo do tema em se tratando de crianças de 3 a 6 anos. Até então, curiosidades e situações apresentadas pelos alunos sobre o assunto eram tratadas com medidas imediatistas, superficiais e até mesmo repressivas.

Hoje é claro para mim que o assunto 'sexo', quando tratado seriedade e de forma adequada, se torna natural.

Condutas adequadas e espontâneas, desvinculadas de autoritarismo que fatalmente geram práticas obsoletas e abomináveis, tornam o trabalho com crianças envolvente e nos fortalece no propósito de extirpar a semente da ignorância e do preconceito'. Suzana Aparecida dos Santos Ferreira – professora; EMEI “Emir Macedo Nogueira” (Caderno POS, 1992, p. 19).

Vemos pelos depoimentos que houve um interesse tanto pessoal quanto pedagógico em participar das atividades proposta pelo programa. Além disso, destaca-se um certo alívio por haverem recebido um conhecimento que poderia ser usado sem culpa mediante à interpelação das crianças em relação ao assunto “sexo”. Ainda na mesma direção, a de depoimentos que reforçam aspectos pedagógicos positivos do POS, encontramos a ideia de que as ações possibilitassem a ampliação da expressividade dos estudantes, reforçando a ideia das dificuldades de se falar sobre a sexualidade.

Ficou muito claro que os alunos que entraram para o Projeto, no início do ano, mudaram sensivelmente seu comportamento. Os adolescentes envergonhados, tímidos e calados, hoje, são espontâneos, participantes, ativos e pesquisadores contínuos de novos temas e informações'. Denise Aragão -Professora. EMPG "Dr Elias de Siqueira Cavalcante” (Caderno POS, 1992, p. 19).

Já entre os relatos das(os) alunas(os), destacam-se o ambiente descontraído e de liberdade em que se davam os encontros e o aprendizado sobre o corpo e a importância em aprender sobre temas que não eram discutidos em suas casas. É isso que se vê no relato abaixo:

Gosto da maneira descontraída que debatemos algumas dúvidas sobre sexo. Adoro participar e fico super triste quando não posso vir. A professora é legal e faz com que consigamos tratar de assuntos sérios, de uma forma menos cansativa.

Espero que continuem com essa iniciativa, pois estão ajudando muitos jovens'. Janaina Katuscia A. Tonietti – 13 anos, aluna do 1º ano do Ciclo Final (Caderno POS, 1992, p. 20).

Eu acho essa aula muito interessante, porque antigamente pensava que era só beijar a menina que ela ficava grávida. Agora não só aprendi sobre isso, como também muitas coisas sobre o corpo humano. David

Morato da Silva -aluno do 2º ano do Ciclo Intermediário: EMPG "Enéas de Carvalho Aguiar" (Caderno POS, 1992, p. 19).

Percebi que depois que eu entrei no Projeto tenho mais liberdade de esclarecer dúvidas com colegas e com os meus pais. Eder Dias Gomes da Silva 11 anos - aluno do 2º do Ciclo Intermediário: EMPG "Marechal Rondon" (Caderno POS, 1992, p. 19).

Vê-se que, entre os jovens, havia desconhecimento sobre a sexualidade, o corpo e as práticas sexuais. Mais uma vez, fica destacado a ideia positiva de poder falar sobre o assunto de maneira aberta e em grupo. Ressaltamos a possibilidade de conversas entre colegas.

Essa liberdade e segurança em aprender ou mesmo falar sobre sexo e sexualidade está de acordo com o Caderno e transpassa às famílias. É o que aponta o seguinte depoimento, que mostra alívio sobre os conhecimentos que estão sendo ofertados na escola, pensando os debates sociais sobre saúde que circulavam à época:

Eu como mãe, acho de suma importância que crianças e adolescentes recebam orientação sexual, mas também sobre Drogas, AIDS etc.

Tenho certeza que só teremos adultos saudáveis se pais, professores e administração se responsabilizarem por essa orientação. Marlene Conceição Aparecida S. Oliveira, mãe de aluna da EMPG "Marechal Rondon" (Caderno POS, 1992, p. 20).

O projeto e o caderno de orientação sexual, mesmo que de forma transversal, fizeram parte do novo Regimento Escolar que, ao seu tempo mostrou-se inovador e envolveu milhares²⁵ de alunas(os) e mobilizou educadoras(es) e movimentos sociais. É parte do currículo prescrito e não foi dado descontextualizado de seu tempo. Pelo contrário, ele informa, para além das prescrições, processos constituídos por conflitos e acordos. De acordo com o levantamento da psicóloga, educadora e pesquisadora Mary Neide Figueiró, o programa chegou a atingir cerca de 30.000 alunos e 1.105 professores.

²⁵ O projeto atingiu 30.000 alunos e 1.105 professores (Figueiró, 1998; Ribeiro, 2004; Silva, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Orientação Sexual (POS) tratou-se de uma experiência pioneira na cidade de São Paulo, no que diz respeito às temáticas sobre sexo e sexualidade. Trouxe à tona temas que eram negligenciados ou revestidos de tabus por discursos conservadores e por uma parcela da sociedade, até mesmo dentre os membros participantes do próprio projeto.

Na indicação dos debates, cursos de formação e bibliografia apresentadas no Caderno de Orientação Sexual, documento produzido como relato do projeto e organizador de futuras práticas, encontravam-se discussões sobre masturbação, orgasmo, gravidez e aborto, prazer, homossexualidade, até papéis de gênero, mesmo que atrelados ao masculino e feminino. Isso vai ao encontro da ideia de que o projeto não nasceu de uma discussão de “gênero”, mas que seus debates e implementação apontam para o caráter histórico dessa discussão que se adentrava no currículo.

A partir da coordenação dos GTPOS, capitaneado, à época, pela sexóloga Marta Suplicy, o projeto foi articulado ao currículo de maneira transversal, temática e voluntária, implementado inicialmente em 92 escolas, o que representava 30% da rede municipal de São Paulo.

Apresentado na forma de convite pelo Diário Oficial, esteve articulado às discussões inicialmente sobre saúde e sexo seguro, em decorrência das epidemias da AIDS e de indicadores preocupantes sobre gravidez na adolescência. Porém, após os temas e bibliografia indicados pelo Caderno POS, observou-se a ampliação dessas temáticas para se debater sexo e sexualidade de forma mais livre e sem discursos moralizantes.

A partir das questões levantadas na introdução, foi possível observar que no período da redemocratização brasileira, entre as décadas de 1980 e 1990, emergiram no cenário político do país movimentos sociais que buscavam uma maior representação e espaços para suas demandas. Nessa conjuntura, incluíam-se demandas e lutas das mulheres, de famílias pela ampliação das escolas e da educação e de grupos de militância pela temática homossexual, a seu tempo ainda denominado majoritariamente de movimento gay. Portanto, é possível observar que, quando um currículo inclui um projeto de Orientação Sexual, ele pode carregar consigo batalhas sociais em ebulição

no contexto, mas que, ao mesmo tempo, constitui-se, como foi possível observar neste trabalho, por uma relação em consonância com o poder político emergente naquele momento após a ditadura militar.

Naquilo que não está dito, observou-se que tratar de sexo e sexualidade exigiu, também, inúmeros cuidados apontados pela forma com que foi implementado, de maneira transversal e paulatina, bem como os indicativos de “cautela” para temas entendidos como “sensíveis” ou “ousados” apontados nos pareceres e atas do CEE.

Mesmo assim, não foram observadas críticas diretas ao Projeto de Orientação Sexual ou mesmo que tenha sofrido algum impedimento. Ao longo do programa, o Caderno POS indicava que as dificuldades para sua aplicação eram de outra natureza: organização e locomoção entre as escolas, ou mesmo resistências de poucas(os) professoras(es) teriam ocorrido por conta de uma espécie de “incompreensão” do projeto.

Essas questões nos levam a confirmação da hipótese inicial de que a abertura política vivida no país, vivida no período da redemocratização, as duras penas, também contou com novas articulações dos movimentos sociais que viam na educação um espaço privilegiado de ação político pedagógica.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores e a chegada da prefeitura Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, em 1989, movimentos sociais que faziam parte da própria gênese do partido, buscaram ver atendidas suas demandas e se articularam à gestão de forma institucional e, também, por meio de enfrentamentos políticos. Essa relação, como apontado anteriormente, foi marcada por tensões e expectativas que nem sempre foram concretizadas e à luz do momento acabaram resvalando na própria saída de Paulo Freire da SME.

A pesquisa buscou compreender como foram os debates e embates causados pelo projeto em relação à orientação sexual/educação sexual, seus conteúdos localizados no seio da educação municipal de São Paulo e sua articulação com o programa de Reorientação e Reforma curricular discutido e implementado, via Decreto, pela prefeitura ao apagar das luzes do mandato da prefeita Luiza Erundina, em 1992.

Em que pese sua posterior revogação, o POS e as discussões sobre mudanças curriculares movimentaram setores ligados diretamente à educação, como também trouxe à cena movimentos e demandas de grupos historicamente sub-representados. No caso das mulheres e da comunidade de gays e lésbicas, discutir sobre sexo e sexualidade

era um caminho possível, à época, para levar às escolas temas e reflexões importantes para essas comunidades.

Não fez parte do escopo dessa pesquisa, o impacto do projeto nas escolas, o que aponta para a possibilidade de uma futura pesquisa e investigação.

ANEXO A

ANEXO 1 – CURSO INICIAL (16 horas) PARA PROFESSORES ORIENTADORES SEXUAIS

VI- ANEXOS

ANEXO 1 - CURSO INICIAL (16 horas) PARA PROFESSORES ORIENTADORES SEXUAIS

PRIMEIRO DIA

Manhã:

- Informações e Esclarecimentos sobre o Projeto:

- 1) apresentação dos participantes em duplas
 - . um apresenta o outro
- 2) levantamento das expectativas individuais
 - . trabalho realizado com desenho, poesia, dobradura
- 3) trabalho com as expectativas de acordo com a realidade da proposta.
- 4) contrato: horário
sigilo
frequência

Tarde:

- 1) sensibilização sobre a adolescência de cada um.
 - . como foi?
 - . para quem levava dúvidas?
 - . como gostaria que tivesse sido, imaginar situações tanto em casa como na escola.Compartilhar a vivência com colega.
Compartilhar a vivência com o grupo (relacionando com o momento atual).
- 2) Orientação Sexual X Educação Sexual .
 - . diferenças
 - . introduzir pais e instituição (dois grupos discutindo como falaria com a equipe escolar sobre o Projeto).
- 3) levantamento de temas que gostariam de discutir
 - . votação dos temas escolhidos.

SEGUNDO DIA

Manhã

- 1) Corpo
 - . utilização de massa: cada um modela um corpo
 - . cada um modela um aparelho genital ou
 - . desenho, pelo grupo, de um corpo completo.
 - . utilização de cartazes sobre o corpo humano ("boneca Gertrudes") para esclarecimento das dúvidas.
 - . apresentação de slides (o grupo pode comentar a função do que está sendo apresentado).

-
- 2) Temas polêmicos: discussão de dois temas.
- . podem ser escolhidas duas entre três técnicas para esse trabalho.
 - . discussão em dois grupos: um contra, outro a favor (para temas que também são informativos, como masturbação ou homossexualidade).
 - . dramatização (para temas que tratam mais de valor /moral, como, por exemplo, dupla moral).
 - . discussão e reflexão sobre questões propostas para o grupo a respeito dos temas escolhidos.

Tarde

- 1) Resgatar vivências do período da manhã (uma só palavra em voz alta).
Esse trabalho já é um aquecimento e um feedback de como o grupo está avaliando o encontro.
- 2) Escolha e reflexão de um tema do livro "Sexo para Adolescentes", considerado difícil pelo grupo para trabalhar com os adolescentes.
- 3) Troca de experiências profissionais entre os participantes (grupão)
 - dificuldades de implantação de um programa desse tipo
 - pais, instituição, comunidade escolar, horário sistematizado (como você implantaria este programa na sua escola).
- 4) Avaliação, retomando as expectativas do começo do trabalho
 - avaliação feita através de uma criação conjunta das fases desse grupo no desenvolvimento da compreensão da orientação sexual.

ANEXO 2: APROFUNDAMENTO TEÓRICO: CICLO DE PALESTRA

Em 1990, foram abordados os seguintes temas:

Etapa I: 07 de abril de 1990.

Palestras:

- a) "Desenvolvimento Sexual: uma visão psicanalítica" Dra. Maria Helena Fontes.
- b) "Homossexualidade" Dr. Içami Tiba.

Etapa II: 19 de maio de 1990.

Palestras:

- a) "O que é AIDS: meios e formas de transmissão" Dra. Maria Eugênia Fernandes.
- b) "Os números da AIDS no Brasil e no mundo" Dr. Paulo Roberto Teixeira.
- c) "Sexo sem riscos: os educadores e o seu papel na informação"
Prof. Mario Sérgio Cortella.

Etapa III: 02 de junho de 1990.

Palestras:

- a) "Masculino e feminino" Maria Rita Kehl.
psicodrama - Maria Alice de Almeida Vassimon.
- b) "Papéis de Gênero: aspectos sociológicos e antropológico"
Carmen Lucia de Melo Barroso
psicodrama - Antonio Gonçalves dos Santos.

Etapa IV: 01 de setembro de 1990.

Palestras:

- a) "História da Sexualidade" - Roberto Bromberg.
- b) "Tabus e Preconceitos" - Sueli Rolnik.
- c) "Tabus e Preconceitos: vivências" - Alfredo Naffah.

Em 1991, foram abordados os seguintes temas:

Etapa I: 14 de setembro de 1991.

Palestra:

- a) "Desenvolvimento da Sexualidade" - Marta Suplicy.

Etapa II: 09 de novembro de 1991.

Palestras:

- a) "Papéis de Gênero" - Maria Rute Gonçalves Pereira.
- b) "Drogas e Educação" - Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
- c) "Homossexualidade" - Rosa Toniolo.

Em 1992, foram abordados os seguintes temas:

Etapa I: 23 de maio de 1992.

Palestra:

- a) "Homossexualidade" - Marlene Guirado (USP).

Etapa II: 13 de junho de 1992.

Palestras:

- a) **"Sexo Seguro" - Vera Paiva (USP).**
- b) **"AIDS e o Projeto de Orientação Sexual"**
Maria Cecília Pereira Silva (GTPOS).
- c) **"AIDS: um problema de todos nós"**
Therezinha Cristina dos Reis Pinto (SME).

31

Etapa III: 19 de setembro de 1992.

Palestra:

- a) **"História da Sexualidade" - Roberto Bromberg.**

Etapa IV: 24 de outubro de 1992.

Palestra:

- a) **"Gravidez na Adolescência" - Dra. Albertina Duarte Tal**

Etapa V: 23 de novembro de 1992

Palestra:

- a) **"Aprendizagem e Sexualidade" - Alícia Fernandez**

Documentos

CADERNO POS: Projeto de Orientação Sexual. São Paulo: SME, 1992. Disponível em: <https://sites.google.com/unesp.br/coletivopaulofreire/acervo-secretaria-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-1989-1992>

CADERNO 1 Regimento em Ação. São Paulo: SME, 1992. Disponível em: <https://sites.google.com/unesp.br/coletivopaulofreire/acervo-secretaria-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-1989-1992>

CADERNO 6 Regimento em Ação. São Paulo: SME, 1992. Disponível em: <https://sites.google.com/unesp.br/coletivopaulofreire/acervo-secretaria-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-1989-1992>

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, SP, ano. 1989, n. 141, 29 julho 1989. Sessão Educação, p. 29-30.

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, SP, ano. 1990, n. 236, 19 dezembro 199a. Sessão Ordinária, p. 32-34.

MONITOR. O Estado de São Paulo, SP, 21/12/1988. Caderno 2. p. 34. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881221-34917-nac-0034-cd2-4-not>. Acesso em 15 jan 2024.

O Estado de S.Paulo, SP, 29/10/2000. Eleições. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20001029-38093-nac-0246-epl-h3-not/busca/Marta+Suplicy>. Acesso em 25 mar 2024.

O Estado de S.Paulo, SP, 30/11/1988. Geral. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/publicados/1988/11/30/g/19881130-34899-nac-0012-999-12-not-agaxxw.h.jpg>. Acesso em 15 jan 2024.

O Estado de S.Paulo, SP, 7/11/1980. Geral. p. 16. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19801107-32410-nac-0016-999-16-not/busca/programa+orienta%C3%A7%C3%A3o+sexual>. Acesso em 4/02/2024.

FALCHI, Celso. Adolescentes de batem sexo em Campinas. O Estado de São Paulo, SP, 01/07/1990. Caderno Educação. XX. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900701-35391-nac-0029-999-29-not/busca/programa+orienta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15 jan 2024.

SÃO PAULO. SME. Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo. São Paulo: SME, 1992. Disponível em: <https://sites.google.com/unesp.br/coletivo-paulofreire/acervo-secretaria-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-1989-1992>.

SÃO PAULO. SME. Reorientação Curricular da Escola Municipal de Educação Infantil -EMEI. São Paulo: SME, 1992. Disponível em: <https://sites.google.com/unesp.br/coletivopaulofreire/acervo-secretaria-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-1989-1992>.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer N ° 1911/91, de 18 de dezembro de 1991. Processo CEE N ° 2433/84 Parecer do Conselho Estadual de Educação sobre o Regimento Comum das Escolas Municipais.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Parecer N ° 934/92, de 05 de agosto de 1992. Processo CEE N ° 2433/84 Parecer do Conselho Estadual de Educação sobre o Regimento Comum das Escolas Municipais.

SÃO PAULO. Decreto N ° 32.892, de 23 de dezembro de 1992. Regimento Comum das Escolas Municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe & BÉJIN, André (orgs). *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUENO, H.C. *Querida Amiga Marta: sexualidade, feminismo e poder no programa TV Mulher*. Dissertação de mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

BUENO, H. C. *Sexo, Feminismo e mídia: a atuação pioneira de Marta Suplicy enquanto sexóloga na sociedade e mídia brasileira dos anos 80*. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH SP. Santos, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406869810_ARQUIVO_HEITORCAMPOSBUENO_1.pdf

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão*. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. v. 29, n. 1, p.49-56, dezembro 2018. Disponível em https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41.

CATONNÉ, Jean-Philippe. *A sexualidade, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 2001 (p. 82 a 86).

COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez Niterói, RJ: UFF; Brasília, DF: Flacso, 1991.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Reverendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo*. Nuances, v. IV, p. 123-133, 1998.

FRANCO, Dalva de Souza. *A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 - 1991) e suas consequências*. Dossiê "Paulo Freire e o Debate Educacional Contemporâneo" v. 25, Dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DstDxKRdPqn98qwyMxLYn5p/#>. Acesso em 11 set 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo: Cortez, São Paulo: Instituto Paulo Freire, Brasília: UNESCO. 1996.

GIGLIO, Celia Benedicto; MENDONÇA, Marcos. *Paulo Freire e o consenso progressivo na gestão da educação municipal em São Paulo. A cunha e o formão*. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 674-94, maio/2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932021000200674>. Acesso em 02 out. 2023. Epub 31-Mar-2022. <https://doi.org/10.21573/vol37n22021.113065>.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. *Aprendizagem, Currículo e Política de Vida*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

HATAGIMA, Gustavo. *Estágio de Formação do Educador em Serviço – EFES: Um acervo, um grupo e um projeto de pesquisa e extensão universitária na Reorientação Curricular da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1992)*. Dissertação de mestrado em História da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ISHII, Antonella Bianchi Ferreira. *A história das políticas educacionais no município de São Paulo: um sobrevoo entre os anos 1983 e 2007*. **Revista HOLOS** v. 8, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3247>. Acesso em 16 set 2023.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 24

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação do militar na administração federal das comunicações e da educação - 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MONTEIRO, Solange de Souza & RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Práticas Discursivas sobre/da educação sexual na ditadura militar no Brasil*. **Revista Científica de Letras**, v.15, n.2, dez 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3614>. Acesso em 17 set 2013.

NUNES, Silvia Alexim. *Problematizando a gravidez na adolescência*. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/ 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 set. 2023.

QUERUBIM, Viviane Rosa. *Paulo Freire como administrador público - um estudo sobre a administração de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

SAUL, A. M. *A construção da escola pública, popular e democrática na gestão Paulo Freire no município de São Paulo*. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE), *Anais do XVI ENDIPE*. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1989.

SINGER, Paul. *Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

SOUZA, Rafael de. "*Saindo do gueto*": o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-13032014-113737. Acesso em: 2023-10-02.

SOUZA, Angélica Riello. *Resistência e desistência: os conflitos na experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação de São Paulo (1989-1991)*. Dissertação de mestrado em História da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

TENDÊNCIAS. (2000). Tendências. *Opinião Pública*, 6(2), 283–329. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762000000200006>.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

TORRES, C. A.; O´CADIZ, M. Del P.; WONG, P. L. *Educação e Democracia. A práxis de Paulo Freire em São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora/Instituto Paulo Freire, 2002.

VIANNA, Cláudia Pereira & UNBEHAUM, Sandra, 2004). *O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, Abr 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KT99NbZ5MFVHHmSm4kwRVGN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 set 2023.